

# Relatório de Gestão MPO

**2º**

**2024**

Trimestral

# Ministério do Planejamento e Orçamento

**Ministra do Planejamento e Orçamento**  
Simone Nassar Tebet

**Secretário-Executivo**  
Gustavo José de Guimarães e Souza

**Secretário Executivo Adjunto**  
Márcio Luiz de Albuquerque Oliveira

**Secretário Adjunto da Secretária de Orçamento Federal**  
Clayton Luiz Montes

**Secretária de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento**  
Renata Vargas Amaral

**Secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos**  
Sergio Pinheiro Firpo

**Secretário de Articulação Institucional**  
João Victor Villaverde de Almeida


**Secretária Nacional de Planejamento**  
Virgínia de Ângelis Oliveira de Paula


**Consolidação**  
**SAGE/SE**  
**Subsecretaria de Administração e Gestão Estratégica**  
Lorena Cavalcanti Pompeu  
Waldeck Pinto de Araújo Junior  
Ricardo de Assis Teixeira  
Jones Junior Daros  
Carla Cristina Araújo  
Lilian Chaves Maluf Faúla

**Revisão**  
**SE – Secretaria Executiva**  
Marcus Thulio Rocha Bezerra  
Priscilla Rosa Pimentel Sganzerla  
Vinícius Fialho Reis

**Arte**  
**SE – Secretaria Executiva**  
**Projeto Gráfico e diagramação**  
Viviane Barros  
**Diagramação**  
Ivan Sasha

## Siga nossas redes sociais

@MinPlanejamento

@planejamentoeorcamento

Última alteração: 22 de agosto de 2024.  
*\*É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.*

Normalização Bibliográfica: Biblioteca do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

Relatório de gestão MPO [recurso eletrônico] / Ministério do Planejamento e Orçamento, Subsecretaria de Administração e Gestão Estratégica. -- V.2 (abr./jun. 2024)- . --- Brasília : Coordenação-Geral de Gestão Estratégica/SAGE/ MPO, 2024- . v. : il. Trimestral.

1. Relatório de gestão. 2. Prestação de contas. 3. Transparência. 4. Desempenho organizacional. 5. Governança. I. Brasil. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. CDU - 354.23

# Sumário

## 1 Governança do MPO

Visão Geral do MPO	07
Estrutura Organizacional	08
Organograma do MPO	09
Alta Liderança	10
Planejamento Estratégico Institucional	11
Mapa Estratégico	13
Cadeia de Valor	14
Identidade Organizacional	15
Resultados-chave e Projetos	16
Resultados-chave por Objetivos Estratégicos	17

## 2 Desempenho da Gestão

2.1 Processos Internos	21
Destaques	23
Desenvolvimento da Perspectiva	24
Gráficos por perspectiva	31
Projetos Estratégicos	33
2.2 Capacidades Institucionais	54
Destaques	56
Desenvolvimento da Perspectiva	57
Gráficos por perspectiva	60
Projetos Estratégicos	62

## Sumário

### 3

#### Conformidade e Eficiência da Gestão

Declaração da Subsecretaria de Administração e Gestão Estratégica	71
Gestão Orçamentária e Financeira	72
Instâncias de Governança	72
Gestão de Pessoas	72
Gestão de Serviços e Contratações	72
Gestão de Logística	72
Gestão de Tecnologia da Informação	72
Relatório de Gestão Integrado	72
Plano Estratégico Institucional	72
Supervisão, Controle e Correição	72

### 4

#### Informações orçamentárias, financeiras e contábeis

Informações orçamentárias, financeiras e contábeis	74
--	----

## Introdução

O Relatório de Gestão Trimestral (2024/2) tem como principal objetivo apresentar a avaliação da execução da estratégia institucional do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) no segundo trimestre de 2024. Essa estratégia está detalhada no [Plano Estratégico Institucional \(PEI\)](#) para o período 2024-2027, [aprovado pelo Comitê Ministerial de Governança do MPO](#), em 2023.

Os resultados dessa avaliação são apresentados sob duas perspectivas: Processos Internos e Capacidades Institucionais<sup>1</sup>.

Dentro de cada perspectiva, são detalhados os objetivos estratégicos correlacionados e os respectivos projetos, acompanhados da análise das métricas que evidenciam seu desempenho.

Para avaliar a eficiência na execução da estratégia institucional, levou-se em consideração, principalmente: i) o grau de obtenção dos resultados-chave estabelecidos para cada objetivo estratégico; e ii) o percentual de avanço no cronograma de cada projeto, em comparação com o planejado.

É importante ressaltar que alguns projetos ainda não se iniciaram, por estarem agendados para os próximos trimestres. Por essa razão, ainda não houve avanços nos seus cronogramas.

Por fim, vale destacar que também são apresentados neste Relatório: i) os principais acontecimentos relacionados aos objetivos delineados no Mapa Estratégico do MPO para o quadriênio 2024-2027; ii) informações sobre a conformidade e a gestão do MPO; e iii) dados sobre a execução orçamentária, financeira e contábil do MPO no segundo trimestre de 2024.

Com o conjunto de informações contidas neste relatório, o MPO se aproxima do formato do Relatório de Gestão Integrado (RGI), disciplinado pelo Tribunal de Contas da União na [IN nº 84/2020](#), que possui previsão de publicação anual.

A disponibilização trimestral das informações que constarão no RGI reforça o compromisso do MPO com a transparência na gestão dos recursos públicos e com a implementação estruturada do PEI. Além disso, ao permitir que a sociedade acompanhe com maior periodicidade os resultados da gestão ministerial, o MPO se coloca na vanguarda da administração pública, cada vez mais orientada por resultados e focada no cidadão.

Espera-se que essa inovação seja difundida como boa prática e que isso contribua para robustecer o planejamento estratégico institucional dos órgãos e entidades, traduzindo-se na melhor coordenação e coesão com os instrumentos de planejamento governamental a cargo do MPO.

1 | A perspectiva de resultados para sociedade e governo não será abordada neste Relatório, uma vez que o Ministério ainda está no início da execução da estratégia institucional definida para o período 2024-2027.



1

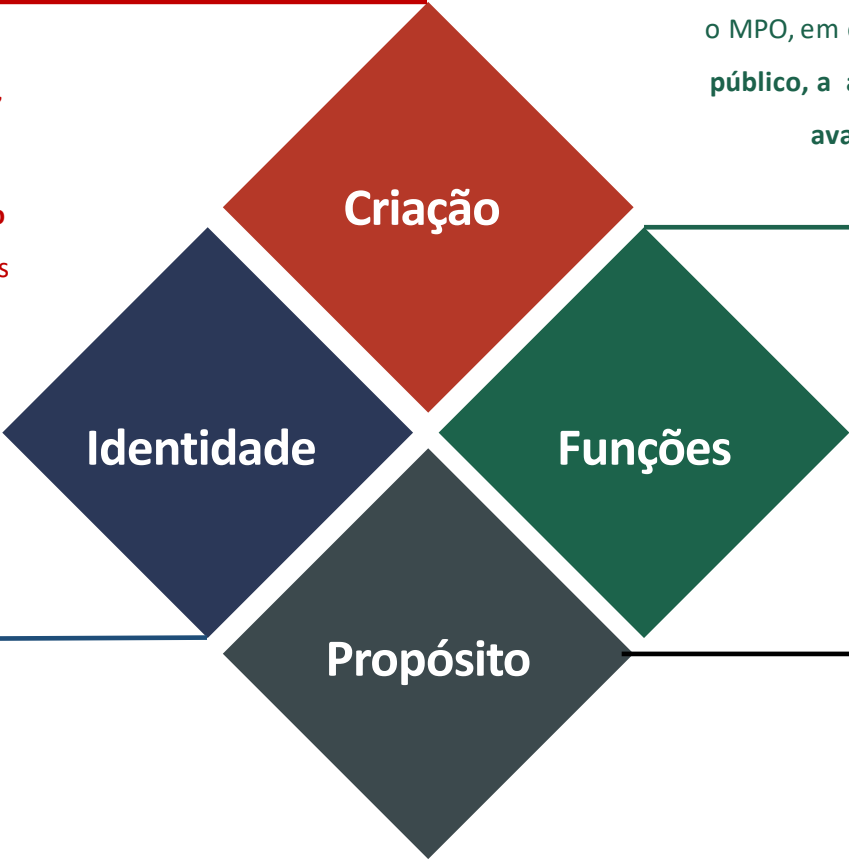
# GOVERNANÇA do MPO

## Visão Geral do MPO

Com a **extinção do Ministério da Economia**, o **Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO)** viu seu renascimento em 2023, por meio da publicação da **Lei nº 14.600**, de 19 de junho de 2023.

Este marco sinaliza um **compromisso forte com o planejamento do futuro do Brasil** e com a eficiência na alocação de recursos públicos para gerar desenvolvimento social e econômico.

O Ministério do Planejamento e Orçamento é **órgão central do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal (SIPOF)**, conforme dispõe a **Lei nº 10.180**, de 06 de fevereiro de 2001.



O **Decreto nº 11.353**, de 1º de janeiro de 2023, elencou competências para o MPO, em especial de **coordenar o planejamento nacional, o orçamento público, a avaliação de políticas públicas e a formulação de diretrizes e avaliação de financiamentos externos de projetos públicos** com organismos multilaterais e com agências governamentais.

Promover o **planejamento, a avaliação e a alocação de recursos** de forma **eficiente, transparente e participativa**, para o **desenvolvimento e crescimento sustentável** e inclusivo do país.

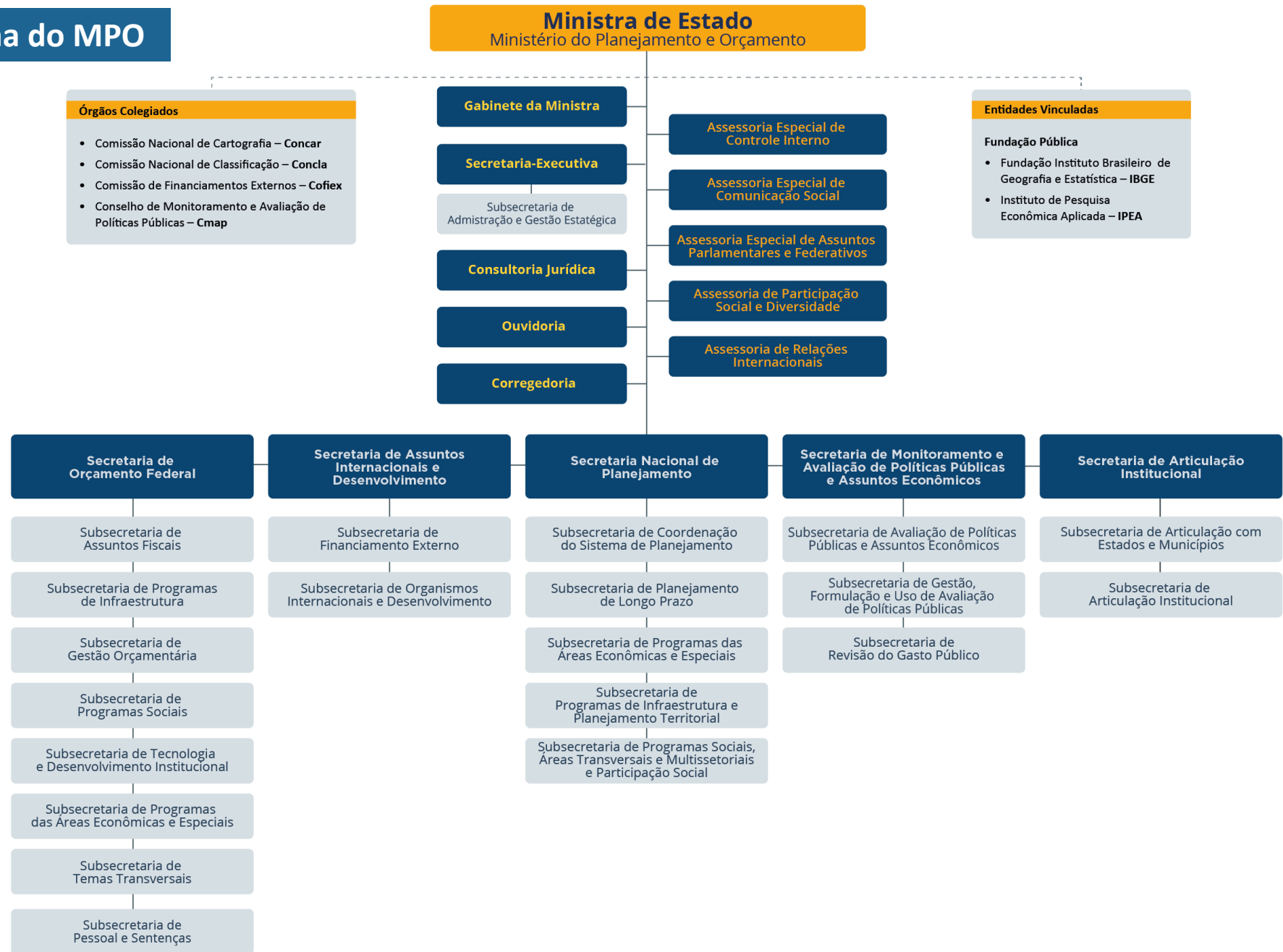
# Estrutura Organizacional

A Estrutura Organizacional do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), definida pelo Decreto nº 11.353/2023, encontra-se dividida nas seguintes secretarias:

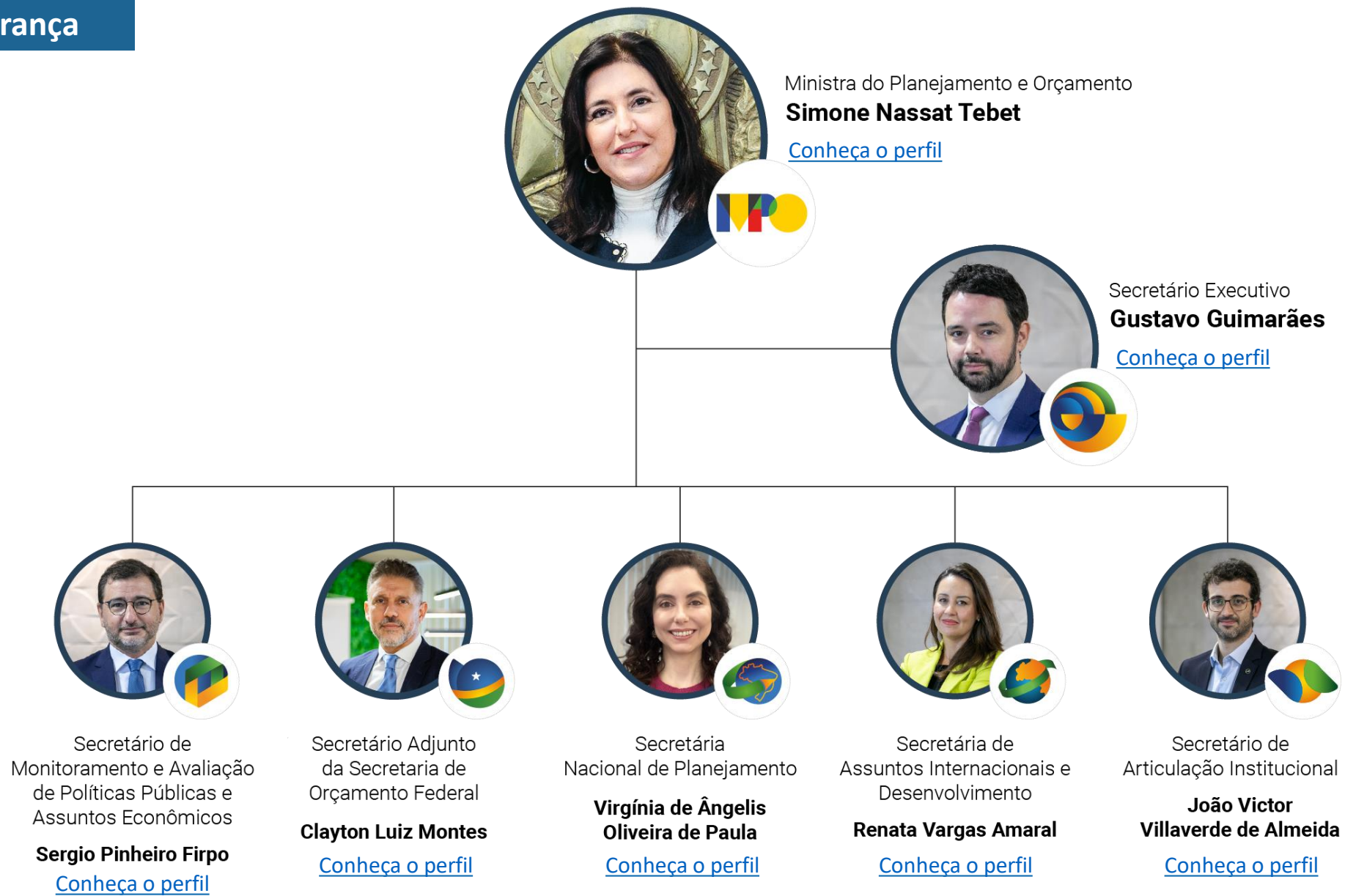




# Organograma do MPO



## Alta Liderança



## Planejamento Estratégico Institucional

O Plano Estratégico Institucional (PEI) para o período 2024-2027 é o instrumento principal do planejamento institucional do MPO, contendo:

- a identidade organizacional, traduzida pelo propósito, futuro desejável e valores institucionais;
- o diagnóstico estratégico institucional; e
- os objetivos estratégicos, com seus respectivos indicadores e metas.

A **identidade organizacional** serve como um guia para orientar as estratégias, objetivos, políticas e práticas da organização. Nesse sentido, por exemplo, este Relatório auxilia na avaliação da execução do propósito do MPO, que é *promover o planejamento, a avaliação e a alocação de recursos de forma eficiente, transparente e participativa, para o desenvolvimento e crescimento sustentável e inclusivo do país*.

O **diagnóstico estratégico institucional** buscou identificar os principais fatores internos e externos que impactam o funcionamento do Ministério e apontar os maiores desafios para o aprimoramento institucional.

Nesse sentido, por exemplo, este Relatório auxilia na avaliação dos avanços alcançados na solução de um dos problemas que o MPO busca resolver, que é a *melhoria da qualidade do gasto público, por meio de uma gestão mais eficiente e criteriosa dos recursos, buscando maximizar os resultados e impactos das políticas públicas implementadas*.

Os **objetivos estratégicos** são os fins definidos pelo MPO para o cumprimento do seu propósito e para a observância dos valores e do futuro desejável que integram a identidade organizacional do Ministério. Para mensurar os 14 objetivos estratégicos definidos, foram fixados 34 resultados-chave (*key results*), organizados sob três perspectivas: i) resultados para a sociedade e governo, com 3 objetivos; ii) processos internos, com 7 objetivos e 23 resultados; e iii) capacidades institucionais, com 4 objetivos e 11 resultados. Por fim, para garantir que esses resultados serão alcançados, foram definidos 29 projetos, representados por atividades conectadas, limitadas temporalmente e vinculadas ao alcance de um dos resultados pretendidos.

## Planejamento Estratégico Institucional

Nesse sentido, este Relatório detalhará a evolução dos resultados e dos projetos no segundo trimestre de 2024, de forma a avaliar a execução dos objetivos estratégicos do MPO.

O Mapa Estratégico do MPO, representado na próxima página, é um dos pilares fundamentais do PEI. Na sequência também é ilustrada a Cadeia de Valor e a Identidade Organizacional do MPO.

*“O planejamento estratégico é um processo de análise, criação de alternativas e tomada de decisão sobre o que é a organização, o que ela faz, e porque ela faz. Além de alocar recursos, essas decisões servem para alinhar propósitos, programas e projetos, pessoas, estruturas e suporte político, bem como gerar aprendizagem organizacional. O produto do planejamento estratégico é um plano, que documenta os desafios, a missão, a visão, os valores, os objetivos, os indicadores, as metas e as ações necessárias para alcançá-las.”*

Referência: [Brasil. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Desburocratização. Gestão e Governo Digital. Secretaria de Gestão - Guia Técnico de Gestão Estratégica v1.0; Brasília; ME; SEDGG; SEGES, 2019. Versão 1/2020.](#)

# Mapa Estratégico | 2024-2027

## Propósito

Promover o planejamento, a avaliação e a alocação de recursos de forma eficiente, transparente e participativa, para o desenvolvimento e crescimento sustentável e inclusivo do país.

## Futuro Desejável

Planejamento, orçamento e avaliação de política públicas integrados, transparentes e fortalecidos, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e inclusivo do País.

## Valores

Ética e Integridade

Comprometimento

Transparência

Eficiência e Excelência

Sustentabilidade

Democracia

Colaboração e Cooperação

Diversidade

## Resultados para Governo e Sociedade

**OE 01** - Melhorar a qualidade das políticas públicas por meio do planejamento, avaliação e alocação eficiente de recursos

**OE 02** - Promover a distribuição eficiente de recursos públicos, visando a redução das desigualdades sociais e econômicas

**OE 03** - Fortalecer a transparência e eficiência na elaboração e execução do ciclo orçamentário, alinhando-se às tendências globais de desenvolvimento sustentável e governança

## Processos Internos

**OE 04** - Contribuir para o aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas por meio do fortalecimento de uma cultura de monitoramento e avaliação - M&A

**OE 05** - Aperfeiçoar a governança do sistema de planejamento governamental, por meio do aprimoramento dos instrumentos normativos e das práticas de gestão, de forma a promover a integração dos esforços do governo e seus resultados

**OE 06** - Aperfeiçoar a gestão das Agendas Transversais e Multissetoriais selecionadas no PPA e nos Orçamentos da União

**OE 07** - Elaborar o planejamento de longo prazo com legitimidade social e participação federativa, acompanhando sua evolução, para o alcance do futuro desejável

**OE 08** - Melhorar a qualidade do gasto público com inclusão e equilíbrio fiscal

**OE 09** - Contribuir para a melhoria da governança do processo de financiamento externo de projetos do setor público concedido por organismos internacionais e dos pagamentos de integralizações e contribuições internacionais

**OE 10** - Promover a articulação e gestão da agenda de Integração e Desenvolvimento Sul- Americano

## Capacidades Institucionais

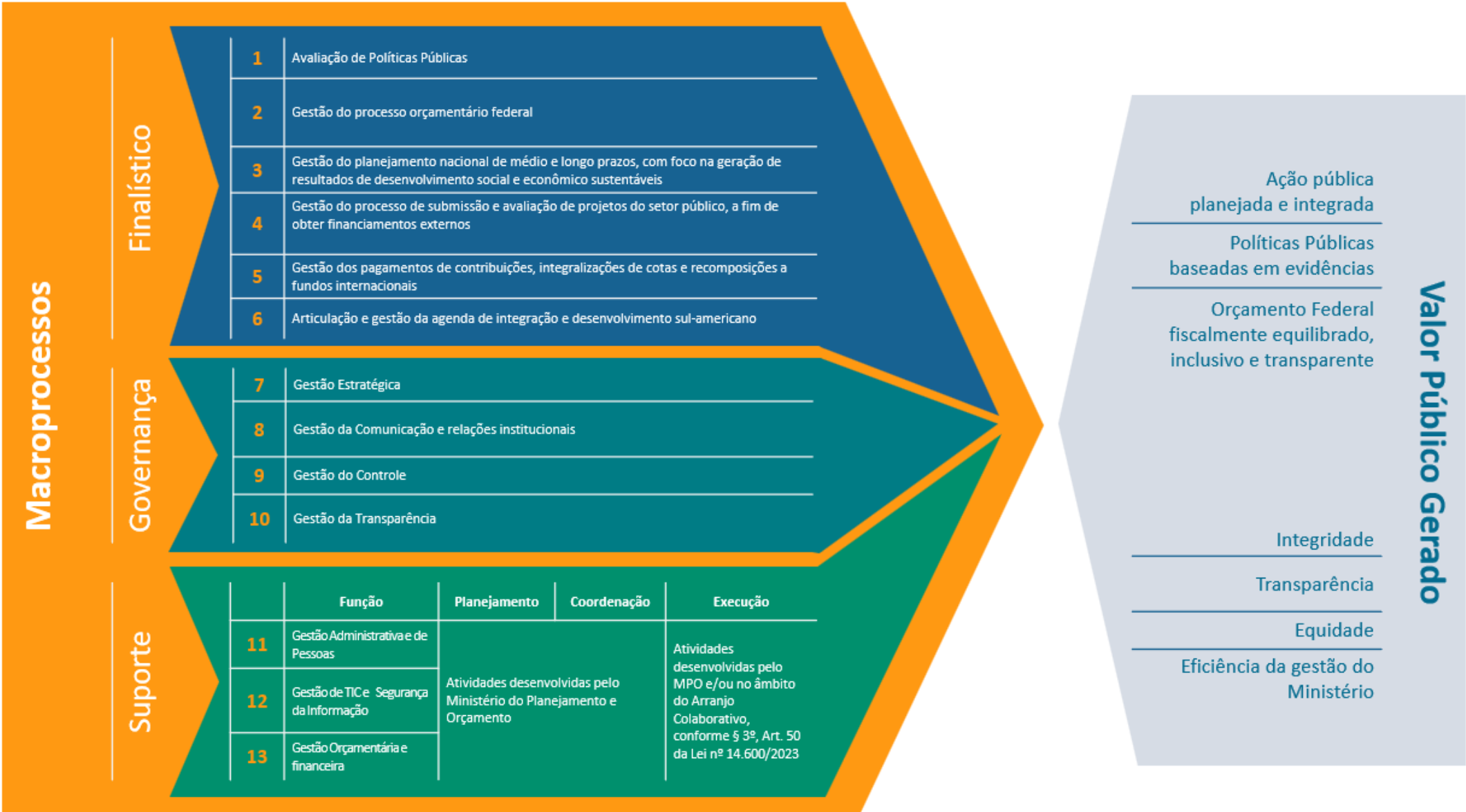
**OE 11** - Fortalecer as relações institucionais com as entidades vinculadas

**OE 12** - Estimular o bem- estar e o desenvolvimento das pessoas

**OE 13** - Aperfeiçoar os processos de trabalho por meio da simplificação e transformação digital

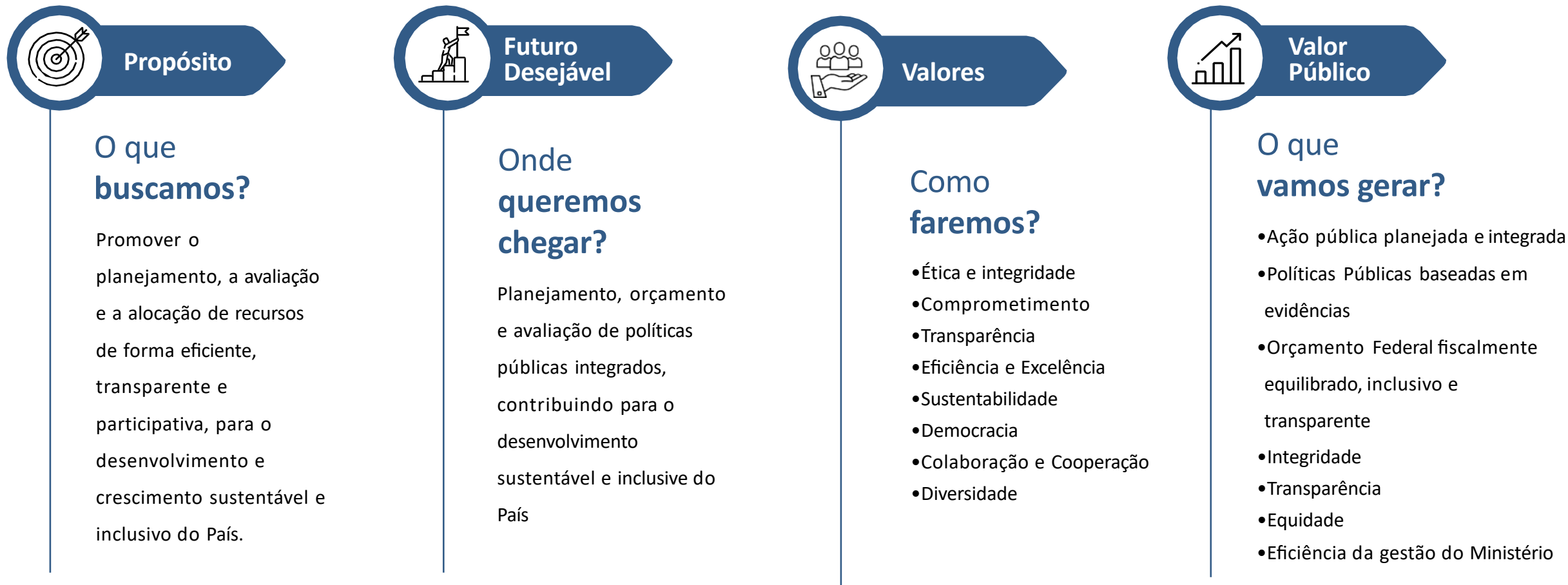
**OE 14** - Aperfeiçoar a governança em prol do alcance da missão institucional

# Cadeia de Valor



## Identidade Organizacional

### Como o PEI nos move



Aprovada pelo **Comitê Ministerial de Governança (CMG) do MPO, em 31.05.2023**, a identidade organizacional compreende o estabelecimento da cultura e da razão de ser da instituição, traduzida pelas declarações de propósito, futuro desejável e valores.

Maiores informações sobre o PEI/MPO podem ser visualizadas em <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/governanca/comite-ministerial-de-governanca/planejamento-estrategico-e-institucional-pei-1>.



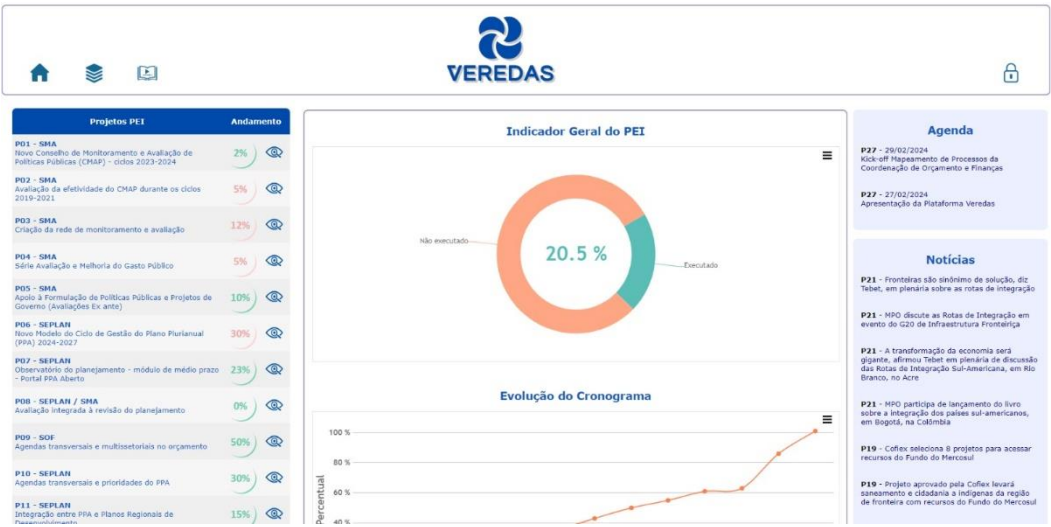
# Resultados-chave e Projetos

Para acompanhar e avaliar o alcance dos resultados-chave e dos projetos a eles vinculados, o Ministério do Planejamento e Orçamento desenvolveu o sistema informatizado **Veredas**, no qual as Secretarias responsáveis podem incluir mensalmente informações sobre o andamento dos seus projetos. Dessa forma, é possível avaliar o progresso dos indicadores e o andamento das tarefas de cada cronograma.

O monitoramento proporcionado pelo Veredas permitirá que os servidores e as lideranças do MPO tenham uma visão abrangente e precisa sobre o desenvolvimento da estratégia institucional, permitindo ajustes nas equipes ou nas ações planejadas para que os objetivos estratégicos traçados sejam alcançados ao final do período.

Além disso, o Veredas facilitará a comunicação à sociedade, por meio dos relatórios trimestrais, dos avanços e das dificuldades identificados, garantindo a transparência e incentivando o controle social. Nesse sentido, monitorar e avaliar continuamente os projetos e resultados-chave será essencial para aumentar as chances de entregar à sociedade melhores serviços e políticas públicas mais eficientes.

Os resultados-chave de cada um dos objetivos estratégicos são apresentados nos próximos slides.



“Indicadores são instrumentos que permitem observar, identificar e mensurar aspectos relacionados à evolução de um determinado objeto que, no caso da gestão estratégica, pode ser um objetivo, um processo ou um projeto. Ao prover informações de forma sumarizada, os indicadores reduzem a necessidade de informações para ilustrar com precisão uma situação e permitem comunicar um fenômeno complexo de forma simples para as partes interessadas, mas sem explicar por que a mudança ocorreu.”

Referência: [Brasil. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital. Secretaria de Gestão - Guia Técnico de Gestão Estratégica v1.0; Brasília; ME; SEDGG; SEGES, 2019. Versão 1/2020.](#)



# Resultados-chave por Objetivos Estratégicos

## Processos Internos

OE 04	OE 05	OE 06
- Contribuir para o aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas por meio do fortalecimento de uma cultura de monitoramento e avaliação - M&A	Aperfeiçoar a governança do sistema de planejamento governamental, por meio do aprimoramento dos instrumentos normativos e das práticas de gestão, de forma a promover a integração dos esforços do governo e seus resultados	Aperfeiçoar a gestão das Agendas Transversais e Multissetoriais selecionadas no PPA e nos Orçamentos da União
<ul style="list-style-type: none"><li>• <b>R01</b> - Concluído o ciclo CMAP 2024, seguindo um ciclo curto, com todas as avaliações executivas entregues e recomendações aprovadas;</li><li>• <b>R02</b> - Elaborado relatório técnico com recomendações para embasar a concepção do projeto de lei complementar (PLP);</li><li>• <b>R03</b> - Garantido que até o final de 2024, tenham sido realizados no mínimo seis eventos da série ‘Avaliação e melhoria do gasto público’, com o lançamento de ao menos seis boletins; e</li><li>• <b>R04</b> - Executadas, pelo menos, 20 avaliações <i>ex-ante</i> de políticas públicas até o final de 2024.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• <b>R05</b> - Regulamentada a implementação de quatro inovações do PPA 2024-2027 (Agendas Transversais; Prioridades; Integração com os Planos Regionais de Desenvolvimento e Participação Social);</li><li>• <b>R06</b> - Publicado Painel com acompanhamento periódico dos Indicadores-Chave Nacionais e dos resultados dos 88 programas do Plano Plurianual 2024 – 2027; e</li><li>• <b>R07</b> - Incorporadas avaliações de uma agenda transversal (ambiental) e uma prioritária (climática) nas revisões do PPA, com vistas ao aperfeiçoamento e integração de instrumentos de planejamento, monitoramento e avaliação.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• <b>R08</b> - Aumentado para 20% o percentual de ações orçamentárias vinculadas às Agendas Transversais e Multissetoriais;</li><li>• <b>R09</b> - Promovida a transparência ativa do orçamento nas agendas transversais e multissetoriais por meio da publicação de cinco relatórios anuais;</li><li>• <b>R10</b> - Aprimorada a atuação governamental por meio da análise e publicação anual dos resultados vinculados às cinco Agendas Transversais e seis prioritárias;</li><li>• <b>R11</b> - Aprimorada a atuação governamental por meio da análise e publicação anual dos resultados vinculados aos 17 <a href="#">Objetivos de Desenvolvimento Sustentável</a> e ao PPA Participativo;</li><li>• <b>R12</b> - Integrado o PPA 2024- 2027 com os Planos Regionais de Desenvolvimento, por meio da pactuação de 778 ações executadas em conjunto;</li><li>• <b>R13</b> - Aperfeiçoada a identificação dos gastos de uma Agenda Transversal (ambientais e climáticos) no âmbito do PPA e dos Orçamentos da União.</li></ul>

# Resultados-chave por Objetivos Estratégicos

## Processos Internos

OE 07	OE 08	OE 09	OE 10
<b>Elaborar o planejamento de longo prazo com legitimidade social e participação federativa, acompanhando sua evolução, para o alcance do futuro desejável</b>	<b>Melhorar a qualidade do gasto público com inclusão e equilíbrio fiscal</b>	<b>Contribuir para a melhoria da governança do processo de financiamento externo de projetos do setor público concedido por organismos internacionais e dos pagamentos de integralizações e contribuições internacionais</b>	<b>Promover a articulação e gestão da agenda de Integração e Desenvolvimento Sul-Americano</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• <b>R14</b> - Melhorada a coordenação federativa e setorial por meio da publicação de um Plano Nacional de Longo Prazo; e</li><li>• <b>R15</b> - Melhorada a tomada de decisão no presente, por meio da publicação de quatro relatórios contendo análises prospectivas e recomendações.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• <b>R16</b> - Revisados todos os produtos de ações orçamentárias na elaboração do PLOA e no processamento de pedidos de créditos;</li><li>• <b>R17</b> - Proposto o texto de uma Nova Lei de Finanças Públicas;</li><li>• <b>R18</b> - Promovida a qualidade do gasto público por meio da publicação de no mínimo dois relatórios específicos e singulares de revisão de gastos do ano em curso; e</li><li>• <b>R19</b> - Implementada a plurianualidade em 100% das ações orçamentárias até 2027.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• <b>R20</b> - Simplificada e aumentada a transparência e previsibilidade em 100% dos processos de autorização para preparação de projetos no âmbito da Cofiex; e</li><li>• <b>R21</b> - Disponibilizadas para a sociedade informações detalhadas e atualizadas sobre 100% dos pagamentos a organismos internacionais dos quais o Brasil faz parte.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• <b>R22</b> - Contribuído com a institucionalização da governança da Integração e Desenvolvimento Sul-Americano; e</li><li>• <b>R23</b> - Apoiada a construção de uma nova Carteira de Projetos prioritários de Integração da Infraestrutura Regional Sul- Americana.</li></ul>

# Resultados-chave por Objetivos Estratégicos

## Capacidades Institucionais

OE 11	OE 12	OE 13	OE 14
Fortalecer as relações institucionais com as entidades vinculadas	Estimular o bem-estar e o desenvolvimento das pessoas	Aperfeiçoar os processos de trabalho por meio da simplificação e transformação digital	Aperfeiçoar a governança em prol do alcance da missão institucional
<ul style="list-style-type: none"><li><b>R24</b> - Elaborado um diagnóstico integrado contendo recomendações conjuntas para fortalecimento das relações institucionais</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li><b>R25</b> - Realizado um diagnóstico de qualidade de vida e bem-estar no MPO;</li><li><b>R26</b> - Alcançada a adesão de 30% dos servidores nas trilhas de capacitação; e</li><li><b>R27</b> - Lançada a 1ª Turma do mestrado aplicado ao Planejamento e Orçamento Público.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li><b>R28</b> - Publicada a Política de Transformação Digital do MPO;</li><li><b>R29</b> - Disponibilizados, pelo menos, dois produtos digitais (Intranet e Portal de Colegiados); e</li><li><b>R30</b> - Acelerada a transformação digital, por meio da pactuação de pelo menos uma parceria estratégica.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li><b>R31</b> - Publicada a metodologia de gestão de projetos;</li><li><b>R32</b> - Publicada a metodologia de gestão de processos;</li><li><b>R33</b> - Realizado 40% das ações previstas no Plano de Integridade; e</li><li><b>R34</b> - Tratados 35% dos riscos priorizados no Plano de Gestão de Riscos.</li></ul>

# 2

## Desempenho da Gestão

# 2.1

## Desempenho da Gestão

---

Processos Internos

# Processos Internos

## Processos Internos

Essa perspectiva está relacionada à identificação dos principais processos da organização necessários para cumprir suas atribuições finalísticas, garantindo o atendimento das necessidades e das demandas da sociedade.

OE 04		OE 05		OE 06	
Contribuir para o aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas por meio do fortalecimento de uma cultura de monitoramento e avaliação - M&A		Aperfeiçoar a governança do sistema de planejamento governamental, por meio do aprimoramento dos instrumentos normativos e das práticas de gestão, de forma a promover a integração dos esforços do governo e seus resultados		Aperfeiçoar a gestão das Agendas Transversais e Multissetoriais selecionadas no PPA e nos Orçamentos da União	
OE 07	OE 08		OE 09		OE 10
Elaborar o planejamento de longo prazo com legitimidade social e participação federativa, acompanhando sua evolução, para o alcance do futuro desejável	Melhorar a qualidade do gasto público com inclusão e equilíbrio fiscal		Contribuir para a melhoria da governança do processo de financiamento externo de projetos do setor público concedido por organismos internacionais e dos pagamentos de integralizações e contribuições internacionais		Promover a articulação e gestão da agenda de Integração e Desenvolvimento Sul- Americano

## Destaques

### MPO PUBLICA

Relatório sobre a Igualdade Racial

**Destaca a Promoção de Direitos  
e o Combate ao Racismo no PPA**

### DESTINADOS

**A Primeira Infância  
no Orçamento**

**R\$ 56,1** bi

### Decreto presidencial

Institui

**Comissão Interministerial para a  
Infraestrutura e Planejamento da  
Integração da América do Sul**

### COFIEX APROVA

Preparação de

**13** projetos que somam

**US\$ 4,7** bi

# Processos Internos

A pauta finalística do MPO, representada na perspectiva de Processos Internos no Mapa Estratégico, avançou de modo consistente no segundo trimestre de vigência do PEI 2024-2027.

Dos resultados-chave planejados para essa perspectiva em 2024, quatro já foram alcançados, o que representa 17% do total. Além disso, 35% das tarefas dos projetos estratégicos nessa área foram concluídas e 23% já estão em andamento.

De modo complementar, os eventos indicados na sequência confirmam o compromisso do MPO com seus objetivos estratégicos. Assim, importantes passos foram dados em direção ao futuro desejado constante da identidade organizacional do Ministério, que é **planejamento, orçamento e avaliação de políticas públicas integradas, transparentes e fortalecidos, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e inclusivo do País**.

*“Essa perspectiva [de Processos Internos] identifica os processos internos críticos para criar e entregar a proposta de valor aos clientes, beneficiários e usuários dos produtos e serviços da organização. Esses processos devem ser monitorados continuamente para garantir o alcance dos resultados da organização. A identificação e diagnóstico desses processos é fundamental para definir as competências-chave das pessoas e determinar as necessidades de tecnologia, informação e recursos para executar as atividades da organização.”*

Referência: [Brasil. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital. Secretaria de Gestão - Guia Técnico de Gestão Estratégica v1.0; Brasília: ME; SEDGG; SEGES, 2019. Versão 1/2020.](#)

## OE 04

### OE 04 - Contribuir para o aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas por meio do fortalecimento de uma cultura de Monitoramento e Avaliação - M&A.

O tema “Seguro Rural no Brasil” foi abordado em um seminário realizado no último dia 17 de junho, promovido pelo Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) e pelo Banco Central.

O debate abordou o enfrentamento de riscos naturais e de mercado pela produção rural, exacerbados por mudanças climáticas, e a exigência de cobertura de risco adequada para decisões produtivas eficientes. O aperfeiçoamento de políticas públicas como o Proagro e o PSR também foi discutido, na perspectiva de que elas ajudam os produtores rurais a obter seguros, mas apresentam desafios – como risco moral, sobreposição de benefícios, necessidade de ajustes no Zoneamento Agrícola de Risco Climático e falta de cálculos atuariais precisos.

Além do seminário, o assunto foi avaliado com profundidade pelo MPO, que elaborou um relatório de avaliação da política e o Boletim nº 7 - Programas de Mitigação de Risco da Atividade Rural (Proagro e PSR), que contém as principais conclusões e riscos da avaliação e o volume de recursos envolvidos com os mencionados programas.

O MPO estuda incluir na LDO de 2025 a estimativa de economia com a revisão de despesas do Proagro. O programa é uma espécie de seguro rural com subsídios do Tesouro Nacional, voltado à agricultura familiar.

O progresso médio dos cronogramas dos projetos (P01, P02, P03, P04 e P05) relacionados ao OE 04 foi de 22%, frente a 41% previsto para o período.



## Processos Internos

### OE 05

**Aperfeiçoar a governança do sistema de planejamento governamental, por meio do aprimoramento dos instrumentos normativos e das práticas de gestão, de forma a promover a integração dos esforços do governo e seus resultados**

O modelo de governança do sistema de planejamento governamental ganhou significativo progresso com a publicação do [Decreto nº 12.066, de 18 de junho de 2024](#), que regulamenta a gestão do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, prevendo o monitoramento, a avaliação e a revisão das ações descritas no plano.

O decreto visa aprimorar os mecanismos para a boa execução das políticas públicas, tendo a transparência como premissa fundamental. Ele busca aprimorar a integração entre o PPA e o orçamento, facilitando o acompanhamento dos resultados dos gastos públicos e fortalecendo a implementação de políticas públicas prioritárias e das agendas transversais.

Além disso, o decreto destaca a importância da articulação e cooperação interinstitucional, com a sociedade e com estados, municípios e o Distrito Federal, para atingir os objetivos e metas dos programas e prioridades. Também é sublinhado que a participação social e o fortalecimento do diálogo federativo são pontos fundamentais para que as transformações pactuadas no Plano possam ocorrer.

Conjuntamente ao decreto, foi publicada a [Portaria SEPLAN/MPO nº 191/2024](#), que aprova o Manual de Gestão do PPA 2024-2027 e os prazos e processos de monitoramento, avaliação e revisão do Plano. Todos as ferramentas e instrumentos de gestão do PPA foram apresentados e discutidos em evento com representantes dos ministérios e órgãos setoriais, no dia 20/06/2024.

Com a publicação do decreto, o resultado-chave **(R05)** previsto para o OE 05 foi alcançado.

Já o projeto “Painel PPA Aberto”(P07), teve avanços significativos no desenvolvimento de seus módulos, que possibilitará o acompanhamento dos Indicadores-Chave Nacionais e dos resultados dos 88 programas do PPA 2024-2027, promovendo transparência e controle social.

O progresso médio dos cronogramas dos projetos (P06, P07 e P08) relacionados ao OE 05 foi de 46%, frente a 41% previsto para o período.

### OE 06

**Aperfeiçoar a gestão das Agendas Transversais e Multissetoriais selecionadas no PPA e nos Orçamentos da União**

As agendas transversais fazem parte dos aprimoramentos e das inovações trazidas pelo PPA 2024-2027 e pela LOA 2024 e são parte do esforço do Governo Federal em tratar questões sociais, econômicas e ambientais complexas, cujas soluções dependem da atuação integrada de diferentes órgãos da administração pública federal.

Dando continuidade aos esforços de registrar os principais compromissos das Agendas Transversais, o MPO lançou os relatórios “[Agenda Transversal – Povos Indígenas](#)” e “[Agenda Transversal — Igualdade Racial](#)”, que completam a série de estudos sobre temas transversais do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027.

O relatório sobre os povos indígenas, elaborado com o apoio do Ministério dos Povos Indígenas (MPI) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), apresenta de maneira simples e visual os programas, objetivos, entregas e metas para o avanço das políticas públicas para os povos indígenas no Plano Plurianual (PPA) 2024-2027.

O documento reflete um processo participativo e histórico com a efetiva contribuição dos povos indígenas. Ele facilita a compreensão das políticas indígenas, evidenciando sua multidimensionalidade e reafirmando a importância da representatividade indígena nas esferas governamentais, promovendo a inclusão dessas comunidades.

Já o relatório sobre igualdade racial detalha ações para reduzir desigualdades raciais em salários e educação, aumentar titulações quilombolas e modernizar comunidades tradicionais.

O documento apresenta os atributos do PPA 2024-2027 marcados na Agenda Transversal da Igualdade Racial, sistematizando os compromissos do governo para os próximos quatro anos no combate ao racismo e na promoção da igualdade racial em seis dimensões

## Processos Internos

específicas: “Garantia de direitos e cidadania plena”, “Educação e formação para inclusão e empregabilidade”, “Proteção e promoção da cultura, história, memória e saberes ancestrais”, “Direito à terra e à produção”, “Políticas para quilombolas” e “Capacidade institucional, articulação e participação”.

As ações contidas nas mencionadas dimensões abrangem 46 programas do PPA, com 117 objetivos e 239 entregas, reforçando a importância da transparência e do controle social na administração pública.

Outra importante ação relacionada à gestão das Agendas Transversais e Multissetoriais no Plano e nos Orçamentos Anuais foi o lançamento do relatório [“O Financiamento da Primeira Infância no Orçamento Federal – Agenda Transversal e Multissetorial da Primeira Infância \(ano-base 2023\)”](#), que registra a destinação de R\$ 56,1 bilhões – em valor empenhado total – para as 62 ações orçamentárias identificadas no Orçamento da União de 2023 para as crianças de 0 a 6 anos de idade.

O relatório destaca que, segundo dados do censo demográfico de 2022 e outras fontes de dados oficiais, o Brasil tem 18,1 milhões de crianças de 0 a 6 anos, representando 9% da população, com mais da metade dessas crianças vivendo em pobreza ou pobreza extrema. Isso sublinha a vulnerabilidade deste grupo em termos de acesso à educação, saúde e exposição à violência. O texto também discute o impacto de políticas públicas como o Bolsa Família, que foi reformulado para incluir um adicional de R\$ 150 por criança de até seis anos, e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que ajustou seus valores para enfrentar a desnutrição infantil.

A Agenda Transversal Mulheres também foi tema de debate na [8ª Reunião Anual da Rede de Altos Funcionários da OCDE](#), realizada nos dias 16 e 17 de maio. Na ocasião, a experiência brasileira de orçamentação sensível a gênero foi apresentada pelas representantes brasileiras, que abordaram as

conexões entre o PPA 2024-2027 e o Orçamento Anual de 2024 e os desafios e aprendizados na elaboração das três edições do Relatório “A Mulher no Orçamento”.

O principal objetivo do evento, contudo, era discutir os seis achados preliminares do projeto Revisão da Orçamentação Sensível a Gênero, conduzido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em parceria com o Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), a saber: i) fortalecer as conexões entre o Plano Plurianual e o orçamento; ii) ampliar a capacidade do governo brasileiro de executar o orçamento relacionado a gênero; iii) elaborar prioridades de política pública relacionadas à equidade de gênero; iv) desenvolver o Relatório “A Mulher no Orçamento”, com sua inclusão na nova lei de finanças; v) construir uma abordagem da orçamentação de gênero que perpassasse todo o governo; e vi) ampliar o foco da orçamentação de gênero para além das questões normalmente associadas às mulheres.

A consolidação da Agenda Transversal Mulheres no PPA 2024-2027 materializa o comprometimento do governo brasileiro com a equidade de gênero na lei que dá as diretrizes estratégicas de médio prazo para os orçamentos anuais.

O progresso médio dos cronogramas dos projetos (P09, P10, P11 e P12) relacionados ao OE 06 foi de 31%, frente a 33% previsto para o período.

*“Quando o governo cria essa agenda transversal de igualdade racial, está atuando para mudar a realidade e manifestando uma nova orientação para o planejamento e a destinação dos gastos no orçamento público. Demonstra a preocupação de que os gestores públicos considerem as especificidades das populações negra, quilombola, de comunidades tradicionais de matriz africana, terreiros e ciganos”, disse a ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, na cerimônia de lançamento do Relatório sobre a Igualdade Racial.*

## Processos Internos

### OE 07

#### Elaborar o planejamento de longo prazo com legitimidade social e participação federativa, acompanhando sua evolução, para o alcance do futuro desejável

O OE 07 se dedica a mapear os desafios e tendências para os próximos 25 anos por meio de projetos como o Plano Nacional de Longo Prazo (Estratégia Brasil 2050) e o Módulo de Longo Prazo do Observatório do Planejamento. Esses projetos têm o objetivo de identificar e analisar os principais desafios e oportunidades que o Brasil enfrentará nas próximas décadas. Para isso, envolvem a realização de estudos detalhados, pesquisas abrangentes e a construção de cenários futuros. Essas iniciativas são fundamentais para a elaboração de uma visão de futuro consistente e para a formulação da Estratégia Brasil 2050, garantindo que o país esteja preparado para enfrentar as mudanças econômicas, sociais e ambientais de longo prazo.

A Estratégia Brasil 2050 está na fase de institucionalização da sua governança e da formalização de parcerias para produção de estudos e pesquisas que subsidiarão a elaboração do projeto. Já o projeto de construção do Módulo de Longo Prazo do Observatório do Planejamento está na fase preparatória para iniciar a execução do cronograma.

O progresso médio dos cronogramas dos projetos (P13 e P14) relacionados ao OE 07 foi de 4%, frente a 8% previsto para o período. O andamento do P13 (Estratégia Brasil 2050) ficou aquém do esperado devido a vários fatores: o processo de validação com o Presidente da República precisou ser ajustado e só foi concluído no final de junho de 2024; a Portaria Ministerial que formaliza a elaboração da Estratégia foi redefinida e aguarda aprovação; a contratação de consultoria para apoiar o MPO ainda não foi concluída; e há necessidade de elaborar Termos de Referência para os Estudos Temáticos Estratégicos e articular com parceiros institucionais. Apesar desses desafios, a

articulação com atores governamentais intensificou-se a partir de junho, com reuniões bilaterais, uma versão preliminar da análise retrospectiva pelo IPEA e o desenvolvimento da identidade visual do projeto. O progresso do Módulo de Longo Prazo do Observatório do Planejamento de Longo Prazo (P14) depende do avanço da Estratégia Brasil 2050 (P13).

### OE 08

#### Melhorar a qualidade do gasto público com inclusão e equilíbrio fiscal

A agenda de revisão de gastos públicos foi bastante discutida na [audiência pública sobre o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias \(PLDO\) 2025 na Comissão Mista de Plano, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional](#), que contou com a participação da Ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet. Na oportunidade, a Ministra apresentou a agenda de modernização orçamentária, destacando os resultados alcançados no primeiro ciclo de revisão dos gastos no governo federal. Ao prosseguir, a Ministra explicou que a revisão de gastos tem como foco a requalificação do gasto público, visando maior eficiência e manutenção de boas políticas públicas – e não simplesmente a geração de superávit.

De forma inédita, o PLDO 2025 apresentou as linhas de atuação para reduzir as despesas com os benefícios previdenciários geridos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO), propostas no âmbito do ciclo de revisão de gastos 2023/2024 e acompanhadas das respectivas estimativas de economia para o período 2025-2028, como parte do Anexo de Metas Fiscais.

O projeto de revisão de gastos, denominado “Spending Review”, registra a conclusão das etapas

# Processos Internos

de revisão metodológica, elaboração de estimativas da economia e a entrega do primeiro relatório de economia com a implementação das opções de economia selecionadas. Para o ano de 2024, ainda está prevista a entrega do segundo relatório.

Importante iniciativa da agenda de modernização orçamentária, o projeto “P16 - Nova Lei de Finanças Públicas” já avançou significativamente no âmbito do Ministério do Planejamento e Orçamento, tendo contado com a participação de todas as suas secretarias, e está na fase de interlocução com outros órgãos do Poder Executivo Federal. O objetivo é construir uma proposta de anteprojeto de Lei Complementar de Finanças Públicas, aplicável à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, para substituir a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Além desses, também estão associados ao OE 08 os projetos “P15 - Metas Físicas” e “P18 - Marco Orçamentário de Médio Prazo”, que apresentam desenvolvimento conforme planejado.

O progresso médio dos cronogramas dos projetos (P15, P16, P17 e P18) relacionados ao OE 08 foi de 54%, frente a 54% previsto para o período.

## OE 09

**Contribuir para a melhoria da governança do processo de financiamento externo de projetos do setor público concedido por organismos internacionais e dos pagamentos de integralizações e contribuições internacionais**

No segundo trimestre de 2024, as ações de financiamento externo de projetos nacionais relacionados a infraestrutura, desenvolvimento social e economia verde ganharam significativo destaque devido a múltiplas iniciativas aprovadas pela Comissão de Financiamentos Externos (Cofix).

O projeto “Indígena Cidadão, Fronteira Cidadã”, apresentado pelo Ministério dos Povos Indígenas (MPI) e aprovado pela Cofix, visa beneficiar 100 mil indígenas em regiões de fronteira com recursos do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem). Com um financiamento de US\$ 12,750 milhões, o projeto focará em quatro áreas principais: acesso a água potável e saneamento básico; documentação civil e seguridade social; infraestrutura de habitação; e serviços da Funai.

O projeto tem metas específicas, incluindo ampliar o acesso a água potável para 50 mil indígenas, fornecer documentação civil para 70% dos indígenas indocumentados, oferecer abrigo emergencial para 400 famílias e melhorar a infraestrutura da Funai em 5%. A iniciativa destaca a importância da integração social e econômica nas regiões de fronteira, promovendo dignidade e bem-estar para as comunidades indígenas historicamente marginalizadas.

Na terceira reunião de 2024, a Cofix aprovou a preparação de 18 programas e projetos com recursos externos, totalizando cerca de US\$ 4,7 bilhões em investimentos para Estados, Municípios e União. Entre os projetos aprovados, treze são para entes subnacionais e cinco para a União e empresas públicas federais. Destacam-se iniciativas de diversas regiões do país, incluindo projetos de drenagem urbana e adaptação climática em Porto Alegre, desenvolvimento urbano sustentável em Porto de Galinhas, e parcerias público-privadas para o Metrô em São Paulo.

Os projetos federais incluem um financiamento de US\$ 1 bilhão do Ministério da Fazenda para o Eco Invest Brasil, visando atrair investimentos privados para a transformação ecológica do país. Além disso, investimentos focaram na descarbonização industrial, expansão do saneamento ambiental e resiliência climática, com destaque para a primeira operação do Banco Europeu de Investimentos (BEI) no Brasil. Os recursos dos projetos aprovados também vêm de outras instituições financeiras como o Banco Mundial, BID, CAF, NDB, KfW, FIDA e a AFD, abrangendo áreas como segurança pública, desenvolvimento urbano, mobilidade, transformação digital e assistência social.

Ainda no bojo das deliberações da COFEX, foram avaliadas 26 propostas e selecionados 8 projetos,

# Processos Internos

no dia 25 de abril, para uso de recursos brasileiros do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM), no valor de US\$ 70 milhões. Todos os projetos estão localizados em áreas de fronteira e regiões de menor IDH, os quais colaborarão para o aprofundamento da integração do Brasil com todos os vizinhos do bloco.

Reafirmando o seu protagonismo na busca pela cooperação e pelo desenvolvimento conjunto com os países da região, o Brasil assumiu a presidência da Assembleia de Governadores do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata), com a Secretária de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento, Renata Amaral, como titular.

Na oportunidade, representantes de bancos de desenvolvimento da América Latina discutiram o futuro da instituição e da integração regional, destacando a necessidade de complementaridade entre os bancos, para evitar isolamento técnico. O Fonplata, com sede em Santa Cruz e uma carteira de empréstimos de US\$ 1,87 bilhão, apoia projetos de desenvolvimento urbano em pequenos e médios municípios, complementando as ações de outras instituições financeiras.

Em um esforço conjunto para reforçar sua credibilidade frente a organismos internacionais, o Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) e o Ministério das Relações Exteriores (MRE) do Brasil quitaram R\$ 847 milhões em compromissos com organismos internacionais, incluindo R\$ 325 milhões à Organização das Nações Unidas (ONU), destacando-se como a primeira vez em uma década que essa quitação ocorreu na primeira metade do ano. Foram também salgadas contribuições a diversas outras organizações globais e regionais, como a OMS, OMC, UNESCO, OEA, e vários órgãos relacionados ao MERCOSUL e ao meio ambiente.

Esse esforço conjunto reflete o compromisso do Brasil com o multilateralismo, o fortalecimento da atuação global e a integração regional, dando continuidade aos pagamentos realizados em 2023, que alcançaram R\$ 4,6 bilhões.

O progresso médio dos cronogramas dos projetos (P19 e P20) relacionados ao OE 09 foi de 20%, frente a 23% previsto para o período.

OE 10

Promover a articulação e gestão da agenda de Integração e Desenvolvimento Sul-Americano

O projeto das cinco rotas de integração registrou importante avanço com a criação da Comissão Interministerial para a Infraestrutura e Planejamento da Integração da América do Sul, por meio do [Decreto nº 12.034, de 28 de maio de 2024](#).

A comissão, composta por 12 ministérios e presidida pela Ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, com vice-presidência do Ministério das Relações Exteriores, visa melhorar a integração da infraestrutura física e digital entre o Brasil e os países sul-americanos. Esse esforço aprofunda os compromissos do [Consenso de Brasília](#) e destaca a coordenação das rotas de integração, identificando prioridades e medidas regulatórias para aperfeiçoar a conectividade regional.

Desde o [Consenso de Brasília](#), o Ministério do Planejamento e Orçamento tem trabalhado na escuta ativa com estados fronteiriços, promovendo encontros para coletar colaborações e demandas. A comissão, que se reunirá a cada 45 dias, será composta por representantes de vários ministérios, e sua Secretaria-Executiva ficará a cargo da Secretaria de Articulação Institucional do MPO. A criação da comissão representa um avanço significativo na política



## Processos Internos

pública de integração sul-americana, reforçando o compromisso do Brasil com a cooperação regional e o desenvolvimento conjunto.

O projeto ainda foi debatido em diversos eventos no trimestre, em especial no Grupo de Trabalho de Infraestrutura do G20 em Brasília; no Seminário Empresarial Brasil-China: os próximos 50 anos" em Pequim; plenária na cidade de Boa Vista; e plenária em Rio Branco, no Acre. Nestas oportunidades, o projeto foi apresentado, destacando a importância da integração regional para o desenvolvimento econômico dos países da região. Na China, foi destacada a oportunidade de parceria com o governo chinês e com a iniciativa privada local para reduzir o tempo de transporte de mercadorias originadas da América do Sul, aumentando a competitividade dos produtos da região.

O OE 10 conta em seu portfólio com o projeto P21, que apresenta o percentual de progresso de 75%, frente a 85% previsto para o período.

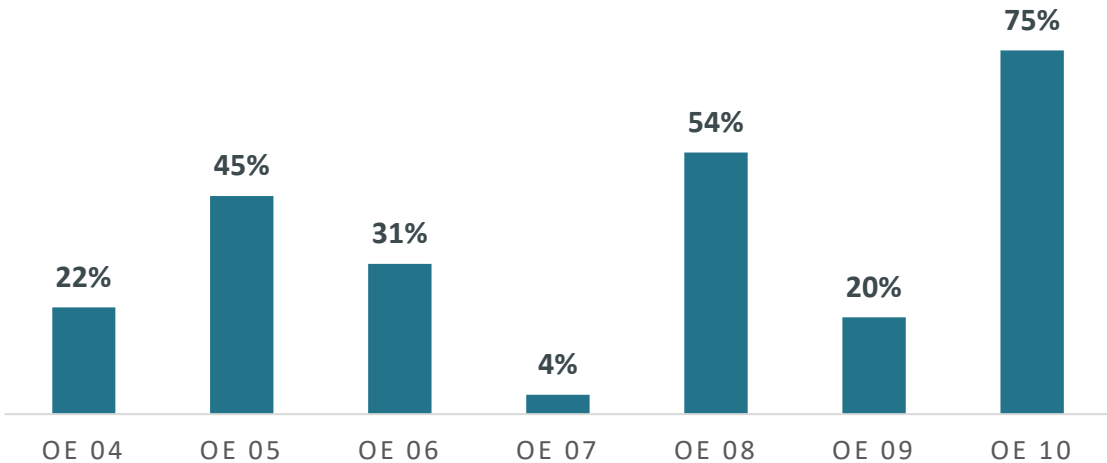
Nas páginas a seguir, são apresentados mais detalhes sobre o andamento dos projetos referentes aos objetivos estratégicos acima indicados.



Processos Internos

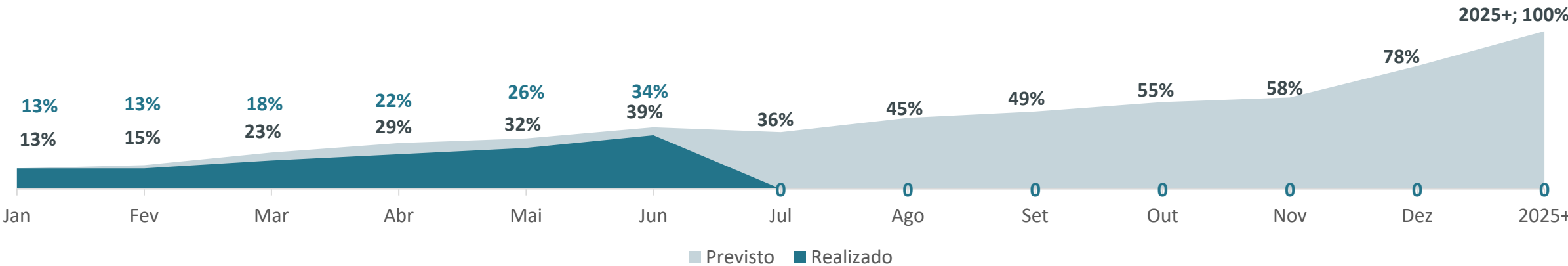
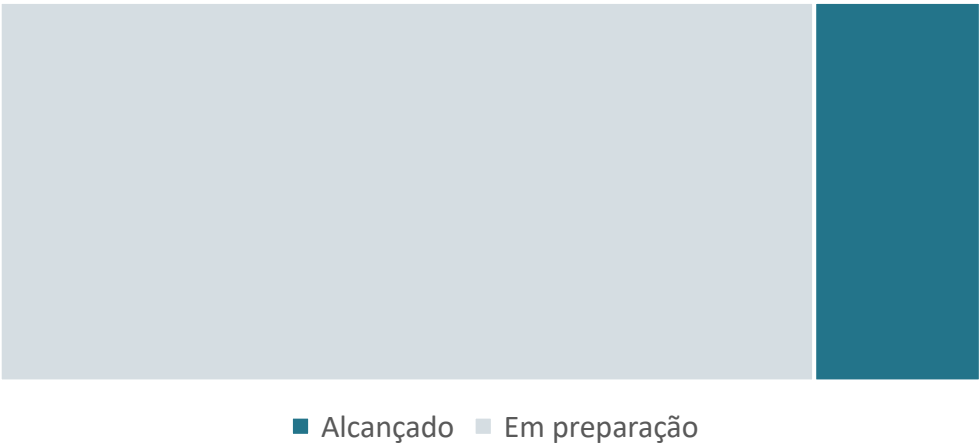
Desempenho por Objetivo Estratégico

% de tarefa concluída



Resultados-chave

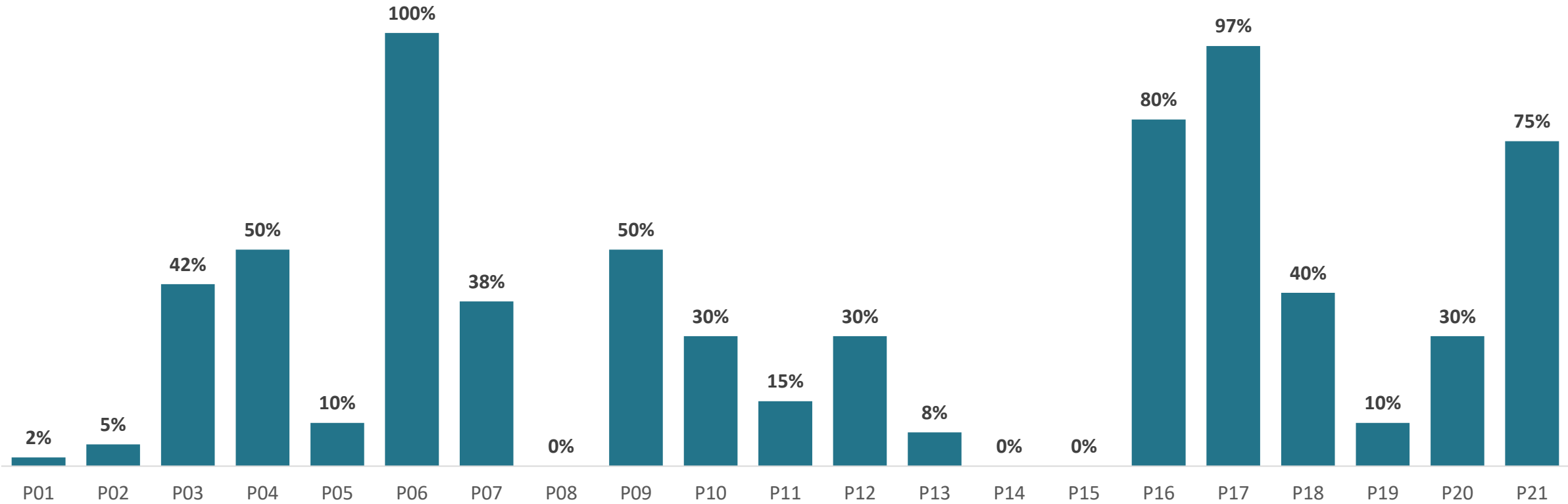
% alcançado



Processos Internos

Desempenho por Projetos

% executado





M01	Macroprocesso finalístico - Avaliação De Políticas Públicas
OE04	Contribuir para o aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas por meio do fortalecimento de uma cultura de monitoramento e avaliação - M&A
SMA	Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos

P01

Novo CMAP Ciclos 2023 - 2024

Realizar avaliações *ex post* de políticas públicas prioritárias, de forma colaborativa com os setoriais, de modo a alcançar melhorias nas ações e o cumprimento dos compromissos de governo, de forma articulada ao monitoramento do PPA

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R01 - Concluído o ciclo CMAP 2024, seguindo um ciclo curto, com todas as avaliações executivas entregues e recomendações aprovadas;		
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R02 - Elaborado relatório técnico com recomendações para embasar a concepção do projeto de lei complementar (PLP);		

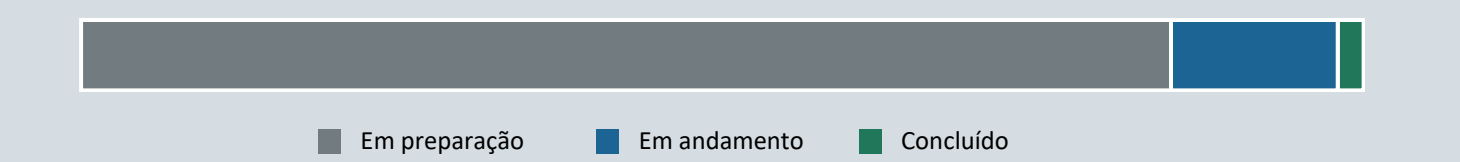
Notícias relacionadas ao Projeto
-

Destaques

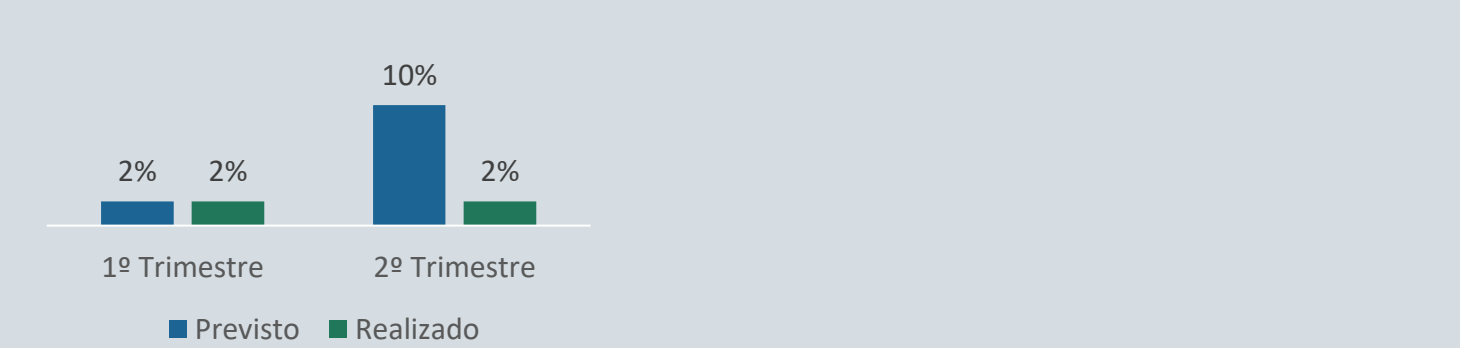
Os esforços do Ciclo 2023 foram direcionados para a conclusão da fase de execução, incluindo a entrega dos relatórios de avaliação e das propostas de aprimoramento, além de terem sido iniciadas as reuniões de deliberação dos comitês sobre as propostas de aprimoramento que serão encaminhadas para deliberação pelo CMAP, servindo de subsídio para o relatórios enviado ao Congresso Nacional, conforme a Lei nº 13.971/2019. Nesse ciclo, foram avaliadas as seguintes políticas públicas: Operação Carro-Pipa, Lei de Incentivo ao Esporte (LIE), Fundo Clima (duas modalidades), Wi-Fi Brasil, Política de Combate ao Desmatamento e Subsídio Tributário à Termoeletricidade.

A Resolução CMAP nº 7, de 29 de abril de 2024, definiu os critérios e o processo de seleção das políticas públicas a serem avaliadas *ex-post* pelo CMAP a partir do ciclo 2024. Assim, com base nos novos critérios de criticidade, materialidade e relevância, uma versão preliminar da lista de políticas públicas está sendo elaborada, nos termos da resolução citada, para seleção no âmbito do CMAS e do CMAG e envio ao CMAP para deliberação.

Etapas do Projeto



Evolução do Cronograma



M01	Macroprocesso finalístico - Avaliação De Políticas Públicas
OE04	Contribuir para o aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas por meio do fortalecimento de uma cultura de monitoramento e avaliação - M&A
SMA	Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos

P02

Avaliação da Efetividade do CMAP durante os ciclos 2019 - 2021

Fortalecer uma rede de M&A, unindo órgãos do governo federal e dos entes da federação para trocas, orientações e formações, aproveitando as estruturas atuais com Consepplan e outras.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R01 - Concluído o ciclo CMAP 2024, seguindo um ciclo curto, com todas as avaliações executivas entregues e recomendações aprovadas		
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R02 - Elaborado relatório técnico com recomendações para embasar a concepção do Projeto de Lei Complementar (PLP)		

Notícias relacionadas ao Projeto

-

Destaques

Para ampliar o número de recomendações implementadas após a conclusão dos ciclos do CMAP (atualmente em apenas 20% desde 2019), a SMA está realizando um diagnóstico sobre a qualidade das recomendações, avaliando sua utilidade, pertinência e viabilidade. Até o momento, foi concluída a categorização e análise crítica de todas as recomendações apresentadas desde 2019. Além disso, estudos sobre o formato ideal de recomendação foram iniciados.

Para acelerar a avaliação da efetividade das recomendações do CMAP nos ciclos de 2019 a 2021, estamos formalizando uma parceria com uma instituição especializada. Esta parceria inclui, para além da avaliações de efetividade e a elaboração de um roteiro de avaliação, suporte para estruturação do Sistema Nacional de Avaliação de Políticas Públicas.

Etapas do Projeto

Em preparação

Em andamento

Concluído

Evolução do Cronograma

Trimestre	Previsto	Realizado
1º Trimestre	15%	5%
2º Trimestre	85%	5%

M01	Macroprocesso finalístico - Avaliação De Políticas Públicas
OE04	Contribuir para o aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas por meio do fortalecimento de uma cultura de monitoramento e avaliação - M&A
SMA	Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos

P03

Criação da rede de monitoramento e avaliação (M&A)

Consolidar as lições aprendidas em termos de implementação de recomendações do Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP) desde 2019, criando as bases para um novo compromisso e nova governança..

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R02 – Elaborado relatório técnico com recomendações para embasar a concepção do projeto de lei complementar (PLP)		
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R03 – Garantido que até o final de 2024, tenham sido realizados no mínimo 06 eventos da série Avaliação e melhoria do gasto público, com o lançamento de ao menos 06 boletins		

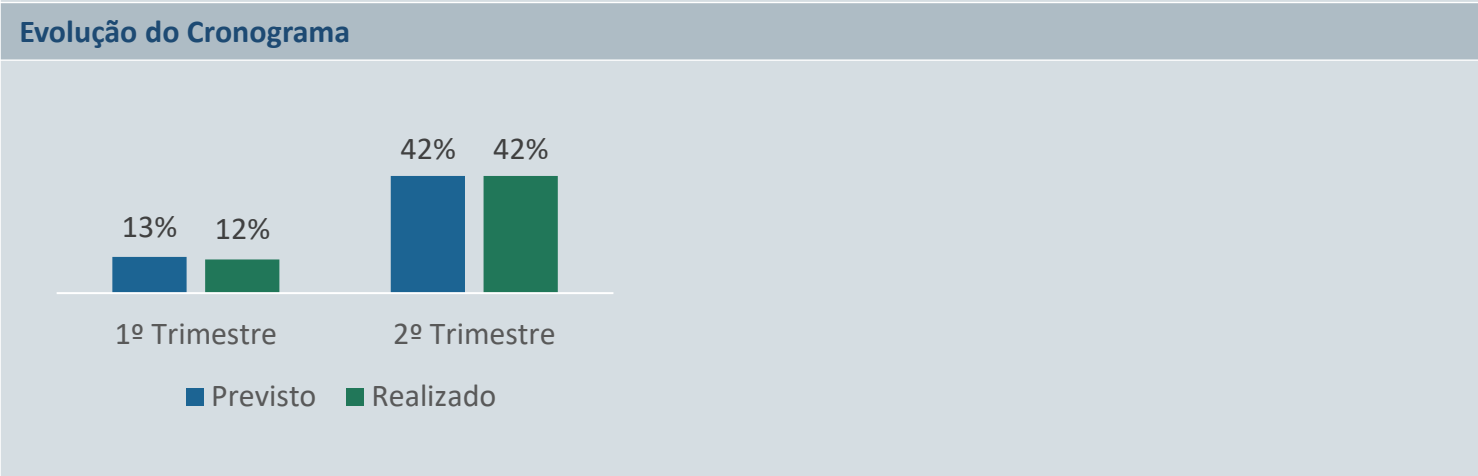
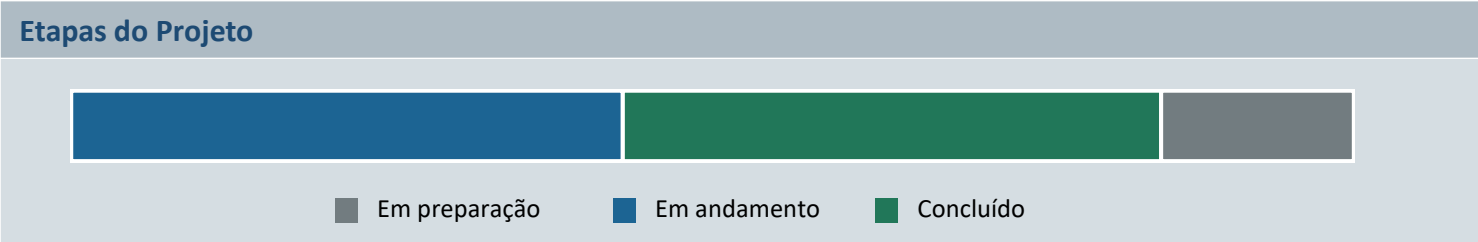
Notícias relacionadas ao Projeto

—

Destaques

Os esforços para a criação da rede de monitoramento e avaliação (M&A) ganharam força com a parceria do Itaú Social. Em conjunto com o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Planejamento (CONSEPLAN), a SMA e a SEPLAN, foi desenvolvida uma estratégia de articulação e integração entre o governo federal e os entes subnacionais, priorizando a mobilização das Secretarias de Planejamento dos Estados. A ação também prevê a formação de um Grupo de Trabalho (GT) de Monitoramento e Avaliação, no âmbito do CONSEPLAN, para subsidiar a implementação de áreas de M&A nos Estados, utilizando estratégias e ferramentas eficazes.

A inauguração do GT ocorreu durante o XC Fórum Nacional de Secretários Estaduais do Planejamento, promovido pelo CONSEPLAN, na cidade de Porto Velho - RO, entre os dias **17 e 20 de julho**, com a participação de 22 dos 27 estados.



M01	Macroprocesso finalístico - Avaliação De Políticas Públicas
OE04	Contribuir para o aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas por meio do fortalecimento de uma cultura de monitoramento e avaliação - M&A
SMA	Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos

P04

Série avaliação e melhoria do gasto público

Disseminar para a sociedade e governo (executivo, legislativo e judiciário) os resultados de avaliações, estimulando o debate sobre temas prioritários para o governo, engajando os atores em um processo de tomada de decisão com base em evidências.

EM PREPARAÇÃO

EM ANDAMENTO

ALCANÇADO

**R03** – Garantido que até o final de 2024, tenham sido realizados no mínimo 06 eventos da série 'Avaliação e Melhoria do Gasto público', com o lançamento de ao menos 06 boletins

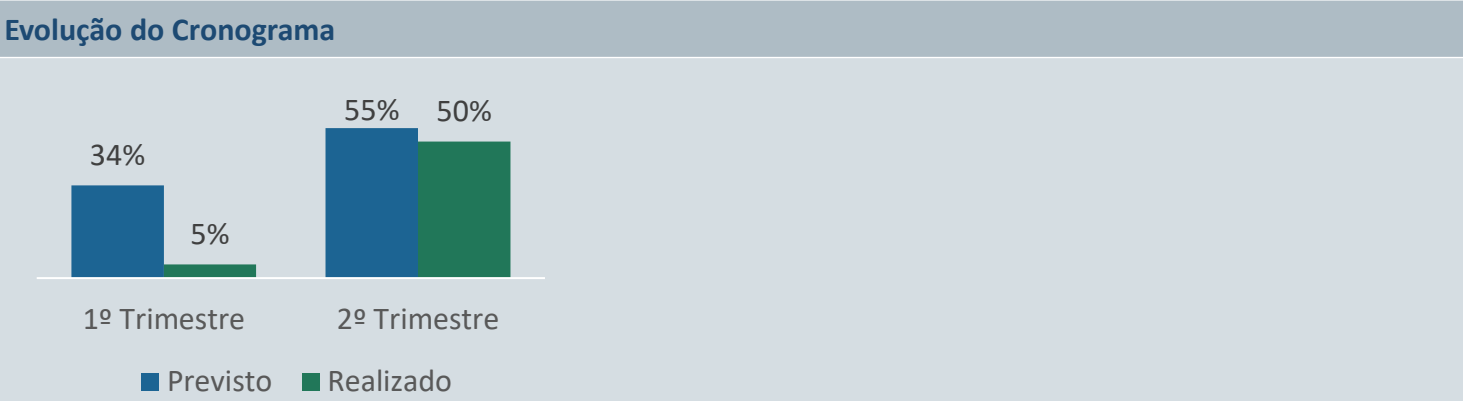
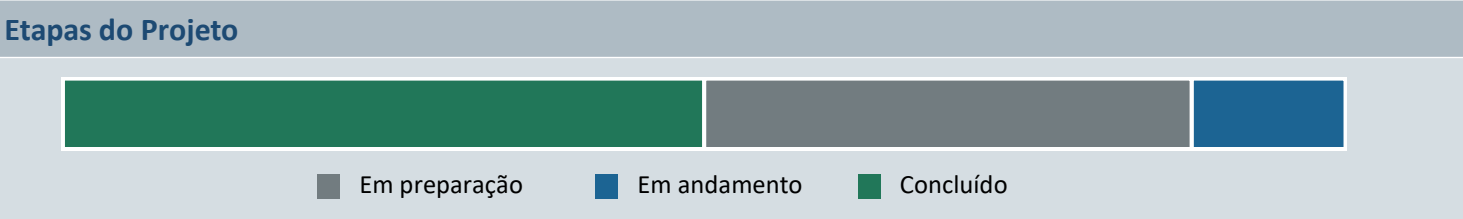
Notícias relacionadas ao Projeto

-

Destaques

A SMA apoiou a realização do XI Seminário da Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação, organizando e participando do painel "Sistema Nacional de Avaliação como estratégia de integração de saberes - a visão dos bancos de desenvolvimento internacionais". O painel explorou o papel desses bancos na promoção e sustentação de sistemas nacionais de avaliação, considerando experiências passadas, perspectivas futuras e o envolvimento dos níveis subnacionais e da sociedade civil, com a participação de representantes da SEAID/MPO, New Development Bank (NDB), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), do BNDES e do BRICS PolicyCenter.

A SMA também organizou o workshop "Seguro Rural no Brasil", que discutiu o enfrentamento de riscos naturais e de mercado pela produção rural, agravados por mudanças climáticas, e a necessidade de cobertura de risco adequada para decisões produtivas eficientes, além do aperfeiçoamento de políticas públicas como o Proagro e o PSR.



M01	Macroprocesso finalístico - Avaliação De Políticas Públicas
OE04	Contribuir para o aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas por meio do fortalecimento de uma cultura de monitoramento e avaliação - M&A
SMA	Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos

P05

Apoio à formulação de políticas públicas e projetos do governo avaliações ex ante

Realizar avaliações ex Ante de políticas públicas em fase de criação ou redesenho, garantindo maior coerência, desenho adequado e plano de M&A com qualidade.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R04 – Executadas, pelo menos, 20 avaliações ex-ante de políticas públicas até o final de 2024		

Notícias relacionadas ao Projeto

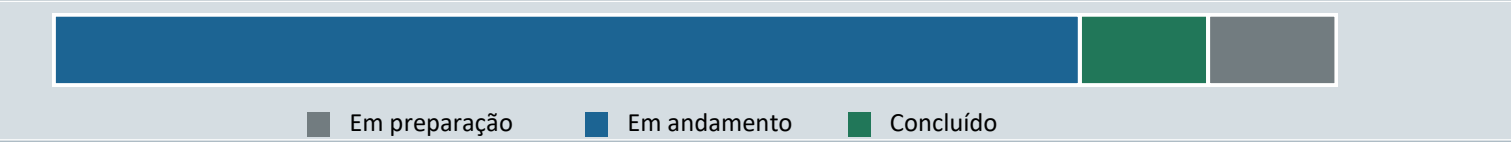
–

Destaques

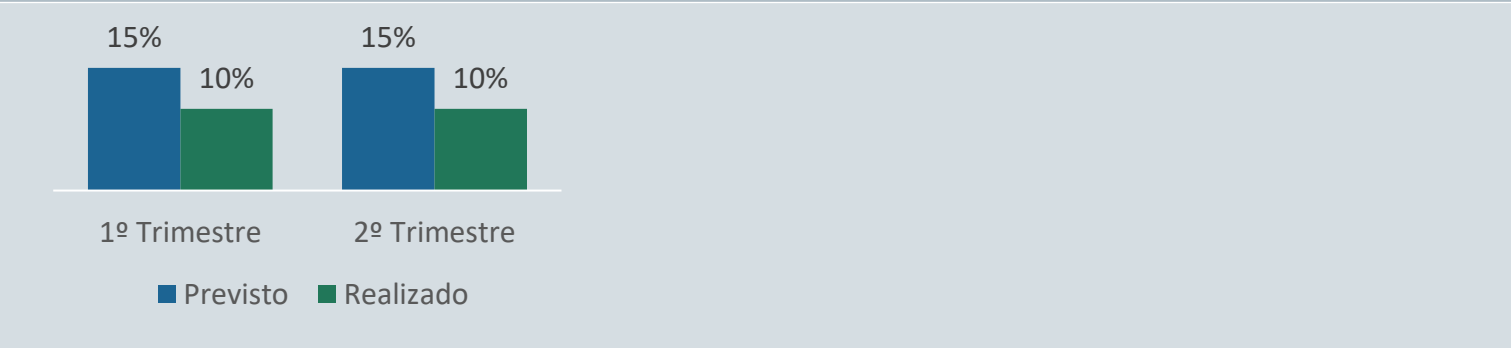
O projeto já atingiu 14 políticas públicas, sendo que para 7 delas o apoio do time de avaliação *ex-ante* já foi encerrado. Dentre estas, vale mencionar o novo Piso de Enfermagem, a abertura de novas vagas de graduação em medicina (no âmbito da Lei do Mais Médicos), a estruturação de Governança da Avaliação dos Fundos Constitucionais, a nova política de Educação de Jovens e Adultos e o Simples Nacional, que contou com um GT para redesenho do marco lógico.

Também encontra-se em estudo e desenvolvimento uma plataforma de autoavaliação de políticas públicas, denominada Metodologia de Avaliação Padronizada de Políticas Públicas (MAPP), que, por meio de critérios padronizados, possibilitará dar maior escala, celeridade e comparabilidade aos processos de avaliação. A MAPP permite sequenciar o conjunto de respostas em subcritérios, critérios e dimensões. O sequenciamento se dá por meio de uma média ponderada das notas de cada item e permite, por fim, a atribuição de uma nota final (*score* de avaliação) para a política. Além da nota final, a MAPP permite também a elaboração de um diagnóstico apontando espaços de melhorias para políticas, na medida em que é possível identificar quais os itens, subcritérios ou critérios que acabaram por reduzir a nota final atribuída.

Etapas do Projeto



Evolução do Cronograma



M01	Macroprocesso finalístico - Avaliação de Políticas Públicas
M03	Macroprocesso finalístico - Gestão do planejamento nacional de médio e longo prazos, com foco na geração de resultados de desenvolvimento social e econômico sustentáveis
OE05	Aperfeiçoar a governança do sistema de planejamento governamental, por meio do aprimoramento dos instrumentos normativos e das práticas de gestão, de forma a promover a integração dos esforços do governo e seus resultados
SEPLAN	Secretaria Nacional de Planejamento

P06

Novo modelo do ciclo de gestão do PPA 2024-2027

Publicar normativos que regulamentam todo o processo do ciclo de gestão do PPA 2024-2027

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R05 – Regulamentadas a implementação de 04 inovações do PPA 2024- 2027 (Agendas Transversais; Prioridades; Integração com os Planos Regionais de Desenvolvimento e Participação Social)		

Notícias relacionadas ao Projeto

>> [Presidência da República publica decreto que regulamenta a gestão do PPA 2024-2027](#)

>> [MPO apresenta aos ministérios setoriais os detalhes da gestão e governança do Plano Plurianual 2024-2027](#)

>> [PPA entra na fase de governança e monitoramento após a “reconstrução institucional” do ano passado.](#)

>> [PPA é bom balizador de prioridades e ajudou no planejamento interno dos órgãos, mostra pesquisa da Seplan](#)

Destaques

Foi publicado o [Decreto nº 12.066, de 18 de junho de 2024](#), que regulamenta a gestão do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 e estabelece diretrizes para monitorar, avaliar e revisar as ações do plano, com ênfase na transparência. O decreto aprimora a integração entre o PPA e o orçamento, facilitando o acompanhamento dos resultados do gasto público e fortalecendo a implementação de políticas públicas prioritárias. A articulação interinstitucional e a participação social são destacadas como fundamentais para atingir os objetivos e metas do PPA. Complementando o decreto, a SEPLAN elaborou um [manual de gestão](#), aprovado pela Portaria SEPLAN/MPO nº 191, de 21 de junho de 2024, que detalha os prazos e processos de monitoramento, avaliação e revisão do plano, marcando o início do ciclo de gestão do PPA 2024-2027, que contemplará o acompanhamento transparente por meio de painéis disponibilizados no site do MPO.

Etapas do Projeto

Em preparação

Em andamento

Concluído

Evolução do Cronograma

20%20%

100%100%

1º Trimestre

2º Trimestre

Previsto

Realizado

M03	Macroprocesso finalístico - Gestão do planejamento nacional de médio e longo prazos, com foco na geração de resultados de desenvolvimento social e econômico sustentáveis
OE05	Aperfeiçoar a governança do sistema de planejamento governamental, por meio do aprimoramento dos instrumentos normativos e das práticas de gestão, de forma a promover a integração dos esforços do governo e seus resultados
SEPLAN	Secretaria Nacional de Planejamento

P07

Painel PPA Aberto

Garantir a divulgação de informações estruturadas que permitam acompanhar o desempenho do planejamento governamental de médio e longo prazos, assim como dos indicadores-chaves nacionais, por meio do aperfeiçoamento ou da reestruturação do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento

EM PREPARAÇÃO

EM ANDAMENTO

ALCANÇADO

R06 – Publicado Painel com acompanhamento periódico dos Indicadores-Chave Nacionais e dos resultados dos 88 programas do Plano Plurianual 2024 - 2027

Notícias relacionadas ao Projeto

>> [PPA entra na fase de governança e monitoramento após a “reconstrução institucional” do ano passado.](#)

Destaques

A etapa de planejamento do projeto foi finalizada com sucesso, abrangendo as seguintes tarefas: definir escopo e prioridades; definir modelos de documentos; definir fluxos de controle; e definir arquitetura tecnológica. A etapa de desenvolvimento e implantação apresenta progresso conforme planejado, já com a primeira versão do painel disponível para avaliação e captação de sugestões de melhoria. A identidade visual do painel também está sendo aprimorada. A expectativa é que a primeira versão do painel seja disponibilizada para consulta pública no 3º trimestre de 2024.

Etapas do Projeto

Em preparação

Em andamento

Concluído

Evolução do Cronograma

23%

15%

1º Trimestre

23%

38%

2º Trimestre

Previsto

Realizado

M03	Macroprocesso finalístico - Gestão do planejamento nacional de médio e longo prazos, com foco na geração de resultados de desenvolvimento social e econômico sustentáveis
OE05	Aperfeiçoar a governança do sistema de planejamento governamental, por meio do aprimoramento dos instrumentos normativos e das práticas de gestão, de forma a promover a integração dos esforços do governo e seus resultados
SEPLAN e SMA	Secretaria Nacional de Planejamento e Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos

P08

Avaliação integrada à revisão do planejamento

Objetivo: elaborar sistemática de incorporação de conclusões das avaliações de políticas públicas no processo de revisão do PPA, de modo a promover a melhoria contínua do planejamento governamental.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R07 – Incorporadas avaliações de 1 agenda transversal (ambiental) e 1 prioritária (climática) nas revisões do PPA, com vistas ao aperfeiçoamento e integração de instrumentos de planejamento, monitoramento e avaliação.		

Notícias relacionadas ao Projeto

-

Destaques

Com a regulamentação do processo de gestão do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, por meio do Decreto nº 12.066/2024, iniciam-se os preparativos para estruturar o processo de avaliação, que resultará na elaboração de relatórios com recomendações e na posterior incorporação dos resultados à revisão do PPA. As tarefas incluem: definição do método de avaliação do PPA, procedimentos de análise, elaboração de relatórios com recomendações, sistemática para incorporação dos resultados ao PPA e discussões com os ministérios indicados nas recomendações, dentre outras.

Etapas do Projeto

■ Em preparação

■ Em andamento

■ Concluído

Evolução do Cronograma

Projeto em fase inicial

Cronograma sem tarefas concluídas



M02	Macroprocesso finalístico - Gestão do Processo Orçamentário Federal
OE06	Aperfeiçoar a gestão das Agendas Transversais e Multissetoriais selecionadas no PPA e nos Orçamentos da União
SOF	Secretaria de Orçamento Federal

P09

Agendas transversais e multissetoriais no orçamento

Fazer a gestão orçamentária das cinco Agendas Transversais e Multissetoriais identificadas no contexto da elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, a saber: Mulheres, Crianças e Adolescentes, Igualdade Racial, Povos Indígenas e Ambiental

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R08 – Aumentado para 20% o percentual de ações orçamentárias vinculadas às Agendas Transversais e Multissetoriais		
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R09 - Promovida a transparência ativa do orçamento nas agendas transversais e multissetoriais por meio da publicação de cinco relatórios anuais		

Notícias relacionadas ao Projeto

[>> Representantes do MPO levam à OCDE a experiência brasileira de orçamentação sensível a gênero](#)

[>> Agendas transversais conectam planejamento e orçamento, diz secretário do MPO](#)

[>> Recursos aplicados à primeira infância atingem R\\$ 56,1 bilhões em 2023](#)

[>> OCDE destaca seis pontos prioritários para aumentar a efetividade da orçamentação de gênero no Brasil](#)

Destaques

O projeto está dividido em 4 etapas: a) etiquetagem no PLOA; b) elaboração do resumo e demonstrativo no PLOA; c) construção de consulta às agendas no Painel do Orçamento Federal; e d) elaboração de relatórios de execução orçamentária e físico financeira das Agendas. As três primeiras etapas do projeto tiveram as suas entregas concluídas conforme planejado. Destaque na evolução do projeto foi o alcance do índice de 26,3% das ações orçamentárias etiquetadas e vinculadas às Agendas Transversais e Multissetoriais (superior ao resultado-chave previsto de 20%). Essa entrega propicia uma visão ainda mais precisa, transparente e global a respeito do orçamento destinado a cada agenda transversal.

Etapas do Projeto

Em preparação

Em andamento

Concluído

Evolução do Cronograma

50%50%

50%50%

1º Trimestre

2º Trimestre

Previsto

Realizado

M03	Macroprocesso finalístico - Gestão do planejamento nacional de médio e longo prazos, com foco na geração de resultados de desenvolvimento social e econômico sustentáveis
OE06	Aperfeiçoar a gestão das Agendas Transversais e Multissetoriais selecionadas no PPA e nos Orçamentos da União
SEPLAN	Secretaria Nacional de Planejamento

P10

Agendas transversais e prioridades do PPA

Monitorar e avaliar de forma detalhada a execução das metas dos atributos das 5 agendas transversais e 06 Prioridades.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R10 – Aprimorada a atuação governamental por meio da análise e publicação anual dos resultados vinculados às 05 Agendas Transversais e 06 Prioridades		
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R11 - Aprimorada a atuação governamental por meio da análise e publicação anual dos resultados vinculados aos 17 ODS e ao PPA Participativo		

Notícias relacionadas ao Projeto

>> [Relatório “Agenda Transversal — Igualdade Racial PPA 2024-2027” impulsiona ações federais de combate ao racismo e de enfrentamento de disparidades](#)

>> [Relatório Agenda Transversal Povos Indígenas reforça papel central das pautas dos povos originários na ação do governo](#)

>> [Ministras reafirmam compromisso com políticas públicas para reduzir a desigualdade de gênero](#)

Destaques

Com o lançamento da “Agenda Transversal – Povos Indígenas” e da “Agenda Transversal – Igualdade Racial”, o MPO completou a [série de estudos relativos aos temas transversais](#) do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 (Ambiental, Mulheres, Crianças e Adolescentes, Povos Indígenas e Igualdade Racial).

A Agenda Transversal - Povos Indígenas reúne iniciativas do Governo Federal em 39 programas do PPA de 23 órgãos, com destaque para ações que envolvem a posse plena de terras aos povos indígenas e políticas públicas sociais, como saúde e educação. Já a Agenda Transversal - Igualdade Racial é formada por atributos de 46 programas em 22 órgãos, com destaque para as políticas para quilombolas e iniciativas em diversas áreas voltadas ao enfrentamento do racismo e redução de desigualdades sociais.

Esses relatórios apresentam os atributos do PPA em vigência que tenham pertinência quanto ao tema ou ao público-alvo de cada Agenda. As agendas transversais e prioritárias foram publicadas com todos os atributos do PPA (camada legal e gerencial conjuntamente), sendo que a média percentual dos atributos marcados ficou em 70,74%.

Etapas do Projeto

Em preparação

Em andamento

Concluído

Evolução do Cronograma

Trimestre	Previsto (%)	Realizado (%)
1º Trimestre	0%	30%
2º Trimestre	30%	30%

M03	Macroprocesso finalístico - Gestão do planejamento nacional de médio e longo prazos, com foco na geração de resultados de desenvolvimento social e econômico sustentáveis
OE06	Aperfeiçoar a gestão das Agendas Transversais e Multissetoriais selecionadas no PPA e nos Orçamentos da União
SEPLAN	Secretaria Nacional de Planejamento

P11

Integração do PPA com os planos regionais de desenvolvimento (PRD)

Transformar os PRD em instrumentos estratégicos e representativos da atuação do Governo Federal nestes espaços territoriais.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R12 – Integrado o PPA 2024-2027 com os Planos Regionais de Desenvolvimento, por meio da pactuação de 778 ações executadas em conjunto		

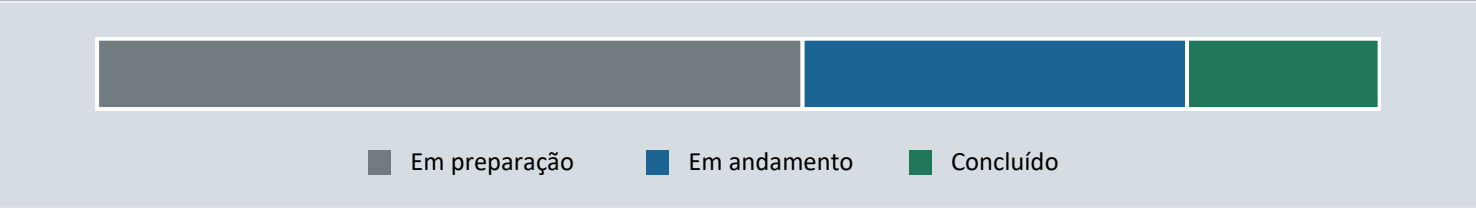
Notícias relacionadas ao Projeto

-

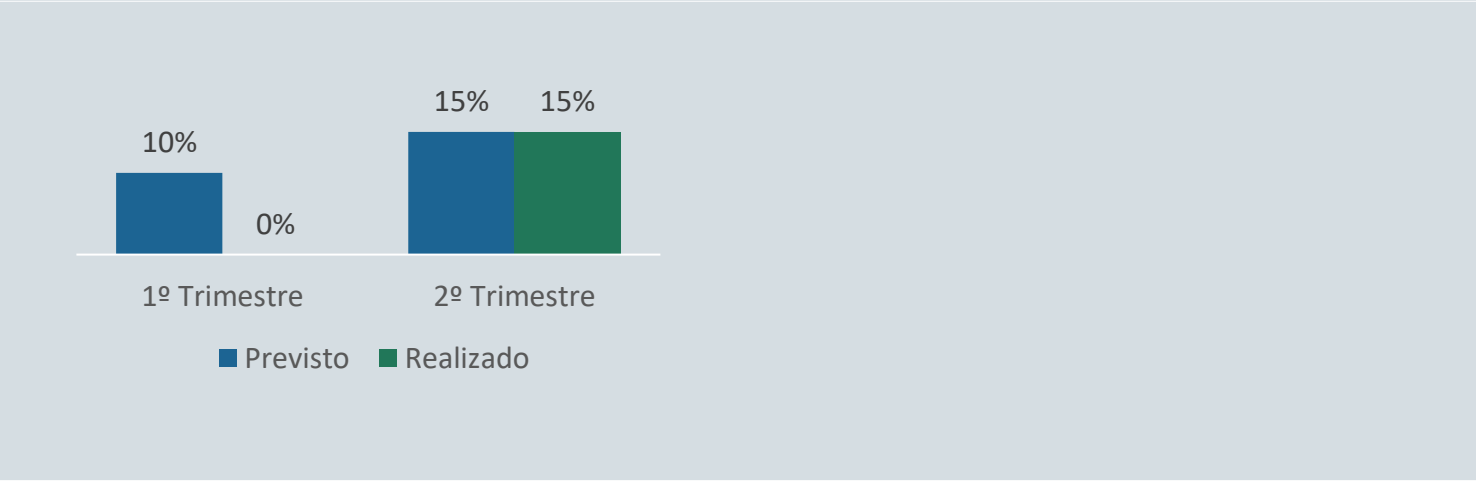
Destaques

O MPO realizou uma série de reuniões com as superintendências regionais e o Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional (MIDR) para definir o modelo de governança para monitoramento e divulgação dos editais de políticas públicas, lançados pelos Ministérios setoriais, visando à viabilização de políticas alinhadas com as entregas previstas nos Planos Regionais de Desenvolvimento (PDR) e no Plano Plurianual (PPA). Também estão sendo mapeadas as entregas previstas nos PDRs alinhadas com o PPA e previstas no novo PAC. Os esforços buscam demonstrar a importância estratégica dos PDRs e alinhar os instrumentos de planejamento governamental, no intuito de reduzir esforços em duplicidade.

Etapas do Projeto



Evolução do Cronograma



M02	Macroprocesso finalístico - Gestão do Processo Orçamentário Federal
M03	Macroprocesso finalístico - Gestão do planejamento nacional de médio e longo prazos, com foco na geração de resultados de desenvolvimento social e econômico sustentáveis
OE06	Aperfeiçoar a gestão das Agendas Transversais e Multissetoriais selecionadas no PPA e nos Orçamentos da União
SOF e SEPLAN	Secretaria de Orçamento Federal e Secretaria Nacional de Planejamento

P12

Elaboração de referencial metodológico das agendas transversais e multissetoriais

Desenvolver referencial metodológico que permita identificar agendas transversais e multissetoriais no âmbito do PPA e dos Orçamentos da União

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R13 - Aperfeiçoada a identificação dos gastos de 01 Agenda Transversal (ambientais e climáticos) no âmbito do PPA e dos Orçamentos da União		

Notícias relacionadas ao Projeto

[>> Equipe do MPO e BID participam de visita técnica ao Ministério da Fazenda do Chile](#)

[>> Agendas transversais conectam planejamento e orçamento, diz secretário do MPO](#)

[>> Relatório sintetiza a importância e o grau de transversalidade da agenda ambiental no PPA 2024-2027](#)

[>> Transversalidade e indicadores com metas tornam o PPA 2024-2027 revolucionário, diz Tebet](#)

[>> MPO realiza seminário sobre Transversalidades, Políticas Públicas e Instrumentos Orçamentários Federais](#)

[>> MPO e o BID promovem o Seminário de Transversalidade da Perspectiva de Gênero-Agenda Mulheres](#)

[>> MPO realizada seminário sobre Transversalidade da Perspectiva de Gênero - Agenda Mulheres](#)

Destaques

O projeto avançou com a realização do Seminário "Transversalidades sob a Perspectiva da Criança e do Adolescente", realizado em 28/05/2024 na sede do UNICEF em Brasília. O evento promoveu a troca de experiências e o compartilhamento de conhecimentos sobre as cinco agendas transversais incluídas no PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária. Durante a 8ª Reunião Anual de Altos Funcionários da OCDE, o MPO apresentou os avanços do projeto de Revisão da Orçamentação Sensível a Gênero, conduzido em parceria com a OCDE. Além disso, houve progresso na elaboração de três produtos da Etapa de Classificação Funcional de Gastos Climáticos (COFOG): levantamento de experiências nacionais e internacionais, revisão do marco legal e normativo e validação do plano de ação detalhado.

Etapas do Projeto

Em preparaçãoEm andamentoConcluído

Evolução do Cronograma

25%25%

35%30%

1º Trimestre2º Trimestre

PrevistoRealizado

M03	Macroprocesso finalístico - Gestão do planejamento nacional de médio e longo prazos, com foco na geração de resultados de desenvolvimento social e econômico sustentáveis
OE07	Elaborar o planejamento de longo prazo com legitimidade social e participação federativa, acompanhando sua evolução, para o alcance do futuro desejável
SEPLAN	Secretaria Nacional de Planejamento

P13

Plano nacional de longo prazo

Coordenar o processo de elaboração do Plano Nacional de Longo Prazo.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R14 - Melhorada a coordenação federativa e setorial por meio da publicação de um Plano Nacional de Longo Prazo		

Notícias relacionadas ao Projeto

>> [Em seminário sobre planejamento de médio e longo prazos, MPO lança livro que conta a história do PPA 2024-2027](#)

Destaques

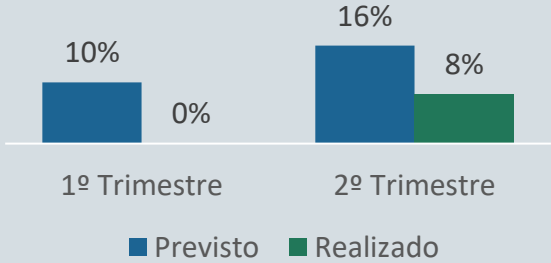
A etapa de planejamento do projeto foi finalizada e validada pela Presidência da República. Estão em fase final os preparativos para definição dos instrumentos de governança do projeto: prazos, procedimentos, equipes responsáveis, dentre outros. Os termos de referência para subsidiar a elaboração dos estudos temáticos também foram concluídos. Os próximos passos envolvem a análise e escolha de possíveis parceiros para auxiliar na execução do projeto.

Etapas do Projeto



Em preparação    Em andamento    Concluído

Evolução do Cronograma



M03	Macroprocesso finalístico - Gestão do planejamento nacional de médio e longo prazos, com foco na geração de resultados de desenvolvimento social e econômico sustentáveis
OE07	Elaborar o planejamento de longo prazo com legitimidade social e participação federativa, acompanhando sua evolução, para o alcance do futuro desejável
SEPLAN	Secretaria Nacional de Planejamento

P14

Observatório do planejamento –  
Módulo Longo Prazo

Monitorar os cenários elaborados para o plano de longo prazo.

EM PREPARAÇÃO

EM ANDAMENTO

ALCANÇADO

R15 - Melhorada a tomada de decisão no presente, por meio da publicação de 04 relatórios contendo análises prospectivas e recomendações

Notícias relacionadas ao Projeto

>> [Em seminário sobre planejamento de médio e longo prazos, MPO lança livro que conta a história do PPA 2024-2027](#)

Destaques

O cronograma do projeto prevê a entrega de resultados a partir de dezembro de 2024. Assim, estão sendo realizadas atividades de planejamento e preparação para execução do cronograma, que contempla: consulta a fontes de dados oficiais, realização de oficinas de trabalho, elaboração de relatórios das oficinas, análise de impacto das variáveis monitoradas nos cenários e nos elementos da estratégia e elaboração de relatórios anuais.

Etapas do Projeto

Em preparação Em andamento Concluído

Evolução do Cronograma

Projeto em fase inicial

Cronograma sem tarefas concluídas

M02	Macroprocesso finalístico - Gestão do Processo Orçamentário Federal
OE08	Melhorar a qualidade do gasto público com inclusão e equilíbrio fiscal
SOF	Secretaria de Orçamento Federal

P15

Metas físicas

Aprimorar o processo orçamentário brasileiro, com base no modelo de orçamentação por desempenho (OD), para evidenciação da produção de bens e serviços entregues à sociedade a partir da gestão ativa feita pelos atores envolvidos na elaboração dos orçamentos anuais da União, de forma a preservar a visão finalística do gasto público.

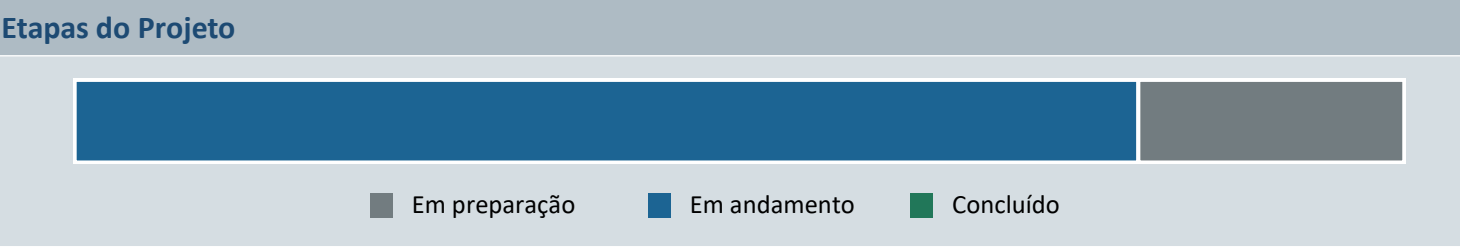
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R16 - Revisados todos os produtos de ações orçamentárias na elaboração do PLOA e no processamento de pedidos de créditos		

Notícias relacionadas ao Projeto

-

Destaques

De acordo com o objetivo e o cronograma do projeto, foram publicadas orientações metodológicas no [Manual Técnico do Orçamento \(MTO\) 2025](#), reforçando a importância das metas físicas na abordagem de Orçamento por Desempenho (OD). O Manual também conta com uma nova seção dedicada à revisão dos produtos/itens de mensuração das ações e planos orçamentários, bem como das suas unidades de medida. A análise qualitativa do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025 está sendo realizada com base nessas premissas, buscando a melhor evidenciação das entregas efetivas de bens e serviços à sociedade, com vistas ao aprimoramento do processo de orçamentação da União. O projeto está estruturado em 4 etapas: 1) revisão metodológica; 2) estrutura programática e produção no orçamento; 3) incorporação da produção do orçamento na análise, acompanhamento e tomada de decisão; e 4) acompanhamento e publicização da execução física do orçamento.



Evolução do Cronograma

Projeto em fase inicial

Cronograma sem tarefas concluídas

M02	Macroprocesso finalístico - Gestão do Processo Orçamentário Federal
OE08	Melhorar a qualidade do gasto público com inclusão e equilíbrio fiscal
SOF	Secretaria de Orçamento Federal

P16

Nova lei de finanças públicas

Produzir uma nova versão do Projeto de Lei Complementar de Finanças Públicas, aplicável à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em substituição à Lei nº 4.320, de 17/03/1964, para encaminhamento pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República ao Congresso Nacional, preferencialmente até a data comemorativa dos 60 anos da Lei de Finanças vigente

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R17 - Proposto o texto de uma Nova Lei de Finanças Públicas		

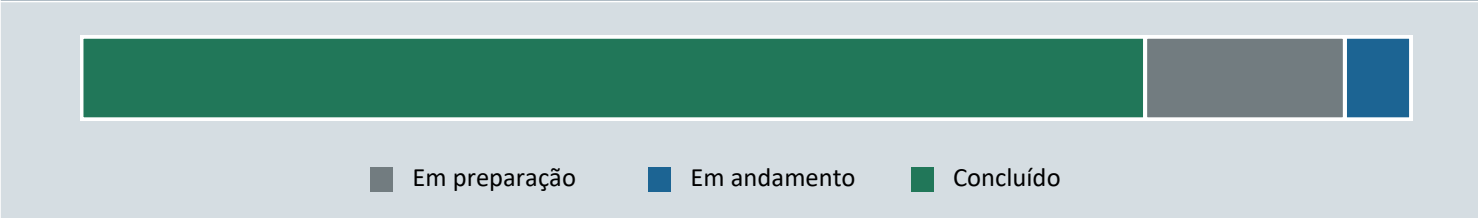
Notícias relacionadas ao Projeto

-

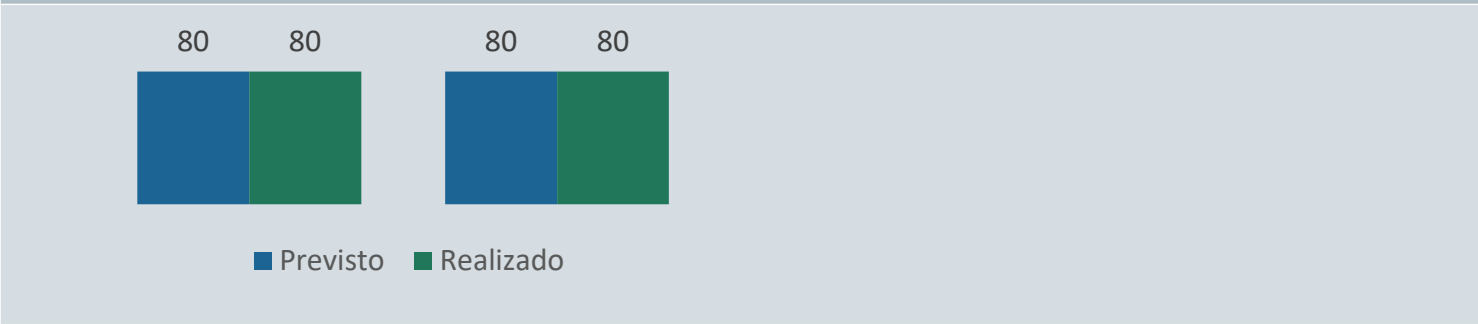
Destaques

A primeira versão do anteprojeto de Lei Complementar de Finanças Públicas foi concluída em março/2024, como planejado. Essa versão foi obtida a partir da análise de 301 propostas de emendas ao texto-base disponibilizado pela SOF no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - Siop. Dessas propostas, 125 foram aprovadas e integralmente incorporadas ao texto; 81 foram aprovadas parcialmente e incorporadas na forma de outras emendas; 50 foram rejeitadas; e 45 permaneceram pendentes, aguardando discussões futuras sobre o tema. Neste momento, segue em análise um segundo conjunto de sugestões encaminhadas pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF e pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - MGI.

Etapas do Projeto



Evolução do Cronograma





M02	Macroprocesso finalístico - Gestão do Processo Orçamentário Federal
OE08	Melhorar a qualidade do gasto público com inclusão e equilíbrio fiscal
SOF e SMA	Secretaria de Orçamento Federal e Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos

P17

Spending review

Avaliar, de forma aprofundada, os gastos públicos existentes a fim de identificar oportunidades de redução ou realocação de recursos despendidos com políticas públicas e/ou programas governamentais de baixa prioridade, ineficientes ou inefefivos.

EM PREPARAÇÃO

EM ANDAMENTO

ALCANÇADO

**R18** - Promovida a qualidade do gasto público por meio da publicação de no mínimo dois relatórios específicos e singulares de revisão de gastos do ano em curso

Notícias relacionadas ao Projeto

>> [Em audiência na CMO, Tebet debate LDO e defende revisão para aumentar a qualidade do gasto público](#)

>> [Simone Tebet e secretária-executiva da Casa Civil ressaltam que revisão de gastos contribuiu para bloqueio menor de despesas](#)

>> [Bloqueio poupa Educação, Saúde e ministérios das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos](#)

>> [Revisão de gastos já surte efeito, e governo bloqueia apenas 0,14% do limite total de despesas de 2024](#)

Destaques

As três primeiras etapas do projeto foram concluídas como planejado: mapeamento de oportunidades e revisão metodológica sobre o tema de revisão de gastos; análise e estimativa preliminar de economia; e elaboração de estimativas consolidadas de economia com implementação das oportunidades mapeadas. [O primeiro relatório](#) com a implementação das opções de economia selecionadas foi finalizado em abril e o segundo está em elaboração.

Etapas do Projeto

Em preparação

Em andamento

Concluído

Evolução do Cronograma

95

50

97

97

1º Trimestre

2º Trimestre

Previsto

Realizado

M02	Macroprocesso finalístico - Gestão do Processo Orçamentário Federal
OE08	Melhorar a qualidade do gasto público com inclusão e equilíbrio fiscal
SOF	Secretaria de Orçamento Federal

P18

Marco orçamentário de médio prazo

Elaborar a estrutura do Orçamento de Médio Prazo (OMP), desenvolver sistemas correspondentes e integrá-lo no processo de elaboração do orçamento federal.

EM PREPARAÇÃO

EM ANDAMENTO

ALCANÇADO

R19 - Implementada a plurianualidade em 100% das ações orçamentárias até 2027

Notícias relacionadas ao Projeto

-

Destaques

Encontram-se finalizados o desenho geral e o fluxo de processo do Marco Orçamentário de Médio Prazo - MOMP. O novo módulo do SIOP está sendo desenvolvido pela equipe de Tecnologia da Informação da SOF e, atualmente, está em fase final de testes. Orientações gerais a respeito do MOMP já foram transmitidas às equipes da SOF e das setoriais.

Etapas do Projeto

Em preparação

Em andamento

Concluído

Evolução do Cronograma

5%

5%

40%

40%

1º Trimestre

2º Trimestre

Previsto

Realizado

M04	Macroprocesso finalístico - Gestão do processo de submissão e avaliação de projetos do setor público, a fim de obter financiamentos externos
OE09	Contribuir para a melhoria da governança do processo de financiamento externo de projetos do setor público concedido por organismos internacionais e dos pagamentos de integralizações e contribuições internacionais
SEAID	Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento

P19

Portal de Financiamentos Externos (PFE)

Desenvolvimento e implementação de novos processos e exigências para a autorização, pela Cofix de programas ou projetos do setor público com apoio de natureza financeira de fontes externas mediante o emprego de nova plataforma eletrônica integrada de gestão desses processos e exigências.

EM PREPARAÇÃO

EM ANDAMENTO

ALCANÇADO

R20 - Simplificado e aumentado a transparência e previsibilidade em 100% dos processos de autorização para preparação de projetos no âmbito da Cofix

Notícias relacionadas ao Projeto

>> [Cofix aprova preparação de 13 projetos subnacionais, incluindo dois referentes à mudança climática no Rio Grande do Sul](#)

>> [Cofix seleciona 8 projetos para acessar recursos do Fundo do Mercosul](#)

>> [Projeto aprovado pela Cofix levará saneamento e cidadania a indígenas da região de fronteira com recursos do Fundo do Mercosul](#)

>> [Durante as festividades de 50 anos do Fonplata, Brasil assume a presidência da Assembleia de Governadores da instituição](#)

>> [Capacitação em financiamento externo atrai gestoras estaduais e municipais de todo Brasil](#)

>> [MPO e FONPLATA firmam parceria para preparação de projetos a serem contemplados com recursos do Focem](#)

>> [Cofix aprova preparação de 12 projetos, que somam US\\$ 2,6 bilhões, na primeira reunião do ano](#)

Destaques

Até o momento, as seguintes etapas foram completadas: processos de trabalho mapeados e revisão das informações demandadas dos interessados para o processamento das autorizações pela COFIEX. Já as seguintes etapas estão em andamento: revisão de critérios de análise para classificação de pleitos de financiamento externo; desenvolvimento dos módulos do portal; e a elaboração de normas destinadas a otimizar procedimentos e exigências e instituir novo sistema para o recebimento, processamento e autorização de pleitos de financiamento externo.

Etapas do Projeto

Em preparação

Em andamento

Concluído

Evolução do Cronograma

10%

10%

15%

10%

1º Trimestre

2º Trimestre

Previsto

Realizado

M05	Macroprocesso finalístico - Gestão dos pagamentos de contribuições, integralizações de cotas e recomposições a fundos internacionais
OE09	Contribuir para a melhoria da governança do processo de financiamento externo de projetos do setor público concedido por organismos internacionais e dos pagamentos de integralizações e contribuições internacionais
SEAID	Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento

P20

Portal de pagamentos a organismos internacionais (POPOI)

Proporcionar transparência, eficiência e facilidade de acesso às informações relativas aos pagamentos a organismos internacionais e simplificação dos processos de pagamentos.

EM PREPARAÇÃO

EM ANDAMENTO

ALCANÇADO

R21 - Disponibilizado para a sociedade informações detalhadas e atualizadas sobre 100% dos pagamentos a organismos internacionais dos quais o Brasil faz parte.

Notícias relacionadas ao Projeto

>> [NOTA À IMPRENSA CONJUNTA MPO/MRE: Quitação de contribuições do Brasil a organismos internacionais](#)

Destaques

Finalizada a etapa de levantamento e análise de requisitos para o desenvolvimento do Portal de Pagamentos a Organismos Internacionais (POPOI), agora os esforços estão sendo dedicados para o desenvolvimento de componentes (peças) do portal.

Etapas do Projeto

Em preparação

Em andamento

Concluído

Evolução do Cronograma

0%0%

30%30%

1º Trimestre2º Trimestre

Previsto

Realizado

M06	Macroprocesso finalístico - Articulação e gestão da agenda de integração e desenvolvimento sul-americano
OE10	Promover a articulação e gestão da agenda de Integração e Desenvolvimento Sul- Americano
SEAI e SEAIID	Secretaria de Articulação Institucional e Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento

P21

Subcomitê de integração e desenvolvimento sul-americano

Contribuir com a melhoria da governança para pactuação de ações e projetos de integração da infraestrutura regional sul-americana.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R22 - Contribuído com a institucionalização da governança da Integração e Desenvolvimento Sul-Americano		
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R23 - Apoiada a construção de uma nova Carteira de Projetos prioritários de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana		

Notícias relacionadas ao Projeto

[>> Presidente Lula cria Comissão Interministerial para a Infraestrutura e Planejamento da Integração da América do Sul](#)

[>> Tebet apresenta Rotas de Integração na China](#)

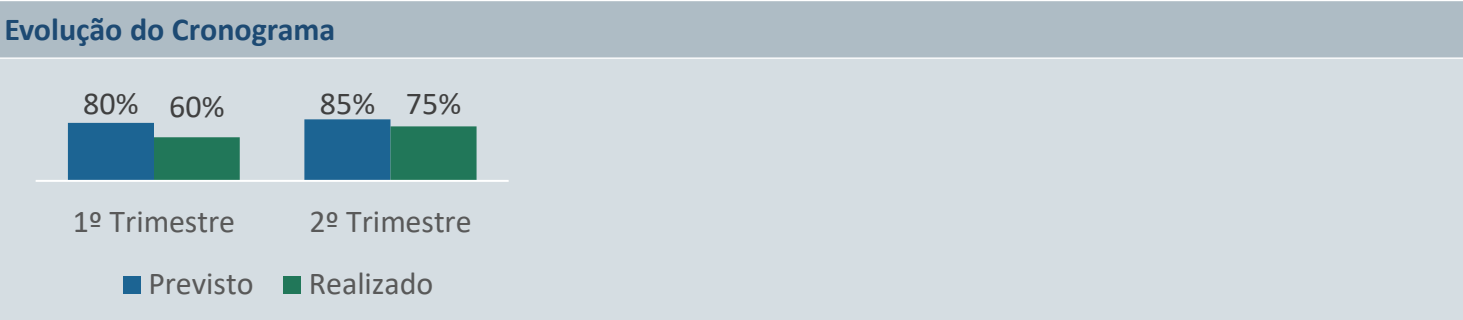
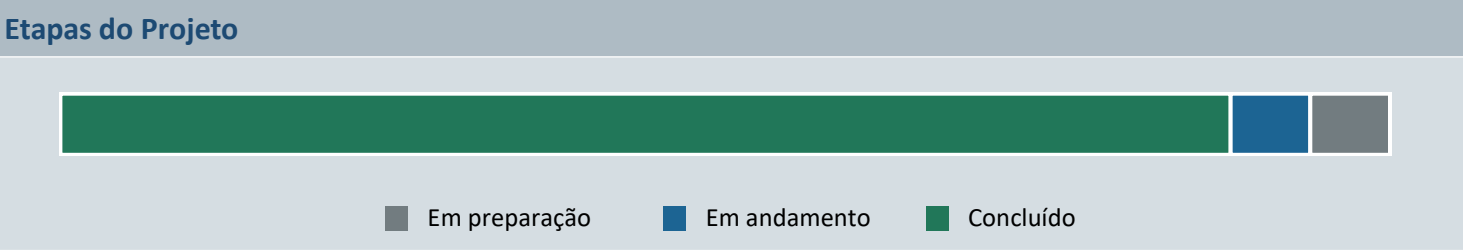
[>> Reuniões com sete ministros da América do Sul marcam nova fase do projeto das Rotas da Integração](#)

[>> MPO discute as Rotas de Integração em evento do G20 de Infraestrutura Fronteira](#)

Destaques

Em maio de 2024, ocorreram as 32ª, 33ª e 34ª Reuniões Ordinárias do Subcomitê de Integração e Desenvolvimento Sul-Americano com a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Nessas reuniões, foram apresentadas iniciativas e projetos relacionados à Integração Regional Sul-Americana, além de discussões sobre desafios e gargalos enfrentados. Entre 1 e 8 de junho de 2024, o projeto foi discutido, contando com a presença da Ministra Simone Tebet, em reuniões bilaterais na Arábia Saudita e na China para tratar de parcerias estratégicas e novos investimentos, incluindo perspectivas econômicas nas áreas de indústria, agricultura e comércio, além de participação na reunião da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN).

Um marco importante para a integração sul-americana foi a publicação do [Decreto nº 12.034, de 28 de maio de 2024](#), que institui a Comissão Interministerial para a Infraestrutura e o Planejamento da Integração da América do Sul. Presidida pela Ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, e com vice-presidência do Ministério das Relações Exteriores, a comissão visa articular ações governamentais para melhorar a infraestrutura física e digital entre o Brasil e países da América do Sul, aprofundando compromissos assumidos no Consenso de Brasília. Além disso, os boletins informativos continuam sendo publicados mensalmente, com a [décima segunda edição já disponível](#).



# 2.2

## Desempenho da Gestão

---

Capacidades institucionais

## Capacidades Institucionais

As capacidades institucionais relacionam-se à necessidade de investir em recursos humanos, tecnologia, infraestrutura e cultura organizacional, para criar uma base sólida que apoie a execução dos processos finalísticos. São fundamentos básicos da governança, concebidos como seu sustentáculo no cumprimento da missão institucional.

### Capacidades Institucionais

OE 11	OE 12	OE 13	OE 14
Fortalecer as relações institucionais com as entidades vinculadas	Estimular o bem-estar e o desenvolvimento das pessoas	Aperfeiçoar os processos de trabalho por meio da simplificação e transformação digital	Aperfeiçoar a governança em prol do alcance da missão institucional
<ul style="list-style-type: none"><li>R24 - Elaborado um diagnóstico integrado contendo recomendações conjuntas para fortalecimento das relações institucionais.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>R25 - Realizado um diagnóstico de qualidade de vida e bem-estar no MPO;</li><li>R26 - Alcançada a adesão de 30% dos servidores nas trilhas de capacitação; e</li><li>R27 - Lançada a 1ª Turma do mestrado aplicado ao Planejamento e Orçamento Público.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>R28 - Publicada a Política de Transformação Digital do MPO;</li><li>R29 - Disponibilizados, pelo menos, dois produtos digitais (Intranet e Portal de Colegiados); e</li><li>R30 - Acelerada a transformação digital, por meio da pactuação de pelo menos uma parceria estratégica.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>R31 - Publicada a metodologia de gestão de projetos;</li><li>R32 - Publicada a metodologia de gestão de processos;</li><li>R33 - Realizado 40% das ações previstas no Plano de Integridade; e</li><li>R34 - Tratados 35% dos riscos priorizados no Plano de Gestão de Riscos.</li></ul>

Destaques

MPO PROMOVE

**VACINAÇÃO DOS**  
servidores contra  
influenza quadrivalente

MPO PUBLICA

Relatório de  
**Gestão**  
Trimestral  
**2024**

MPO E IPEA

Concluem a seleção  
para lançamento do

**Mestrado  
Profissional  
em  
Planejamento  
e Orçamento  
Público**

MPO UTILIZA

Dimensionamento da força de  
trabalho para definir perfis e  
**alocar pessoas**



# Capacidades Institucionais

A perspectiva de capacidades institucionais reúne um conjunto de recursos e sistemas essenciais para a formação de uma cultura organizacional que favoreça a inovação, a aprendizagem contínua, as boas práticas de governança e a adaptação às mudanças do ambiente externo. Assim, a perspectiva de capacidades institucionais funciona como um suporte que apoia a execução dos processos finalísticos e, consequentemente, o alcance da estratégia institucional.

Essa perspectiva está representada no [Mapa Estratégico do MPO](#) por meio dos objetivos estratégicos 11, 12, 13 e 14, que almejam o fortalecimento das relações institucionais com as entidades vinculadas (Ipea e IBGE), o bem-estar e o desenvolvimento das pessoas, a transformação digital de processos de trabalho e o aperfeiçoamento da governança institucional.

Para concretizar essas metas, os cronogramas dos projetos avançam conforme esperado, com 46% das tarefas dos projetos estratégicos nessa área concluídas e 17,5% em andamento. Dos resultados-chave planejados para essa perspectiva em 2024, um já foi alcançado, o que representa 9% do total.

A perspectiva de “Capacidades Institucionais” compreende os ativos intangíveis da organização, o capital humano (habilidades, talento e conhecimento dos funcionários da organização), o capital informacional (bancos de dados, sistemas de informação, redes e infraestrutura tecnológica) e o capital organizacional (cultura, liderança, grau de alinhamento dos funcionários com a estratégia e capacidade dos funcionários de compartilhar conhecimentos).

## OE 12

### Estimular o bem-estar e o desenvolvimento das pessoas

A 1ª Turma do Mestrado Profissional em Planejamento e Orçamento Público foi lançada por meio do [Edital SE/MPO nº 8/2024](#). A iniciativa visa difundir conhecimentos multidisciplinares sobre os processos de desenvolvimento de políticas públicas, assim como métodos, ferramentas e instrumentos que operacionalizam esses saberes.

Em parceria com outras pastas ministeriais, a 1º Turma será composta por servidores do Ministério da Fazenda (MF), do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), além do próprio MPO. A iniciativa está alinhada ao Resultado-chave R27, ligado ao OE 12 do PEI 2024-2027.

O projeto “MPO de Corpo e Alma” progrediu no trimestre com a conclusão da campanha de vacinação contra a Influenza Quadrivalente. A ação teve como objetivo imunizar servidores e colaboradores do MPO. Ao total, foram aplicadas 445 doses para atender aos servidores, terceirizados e estagiários do órgão.

A cobertura vacinal alcançada está acima dos padrões estabelecidos pelo Programa Nacional de Imunização (PNI), corroborando as ações de Qualidade de Vida no Trabalho delineadas no projeto.

# Capacidades Institucionais

Um dos destaques no período foi o alcance do Resultado-chave “R25 - Realizado 01 diagnóstico de qualidade de vida e bem-estar no MPO”, que abordou temas como estado atual de saúde, hábitos de vida, doenças prévias, histórico familiar e questões relacionadas ao ambiente de trabalho. Com o diagnóstico, serão desenvolvidas estratégias mais eficazes na prevenção de agravos e promoção da saúde.

A fim de adequar a gestão de pessoas no MPO a um planejamento integrado, com foco na melhoria das entregas aos cidadãos, está em estudo o dimensionamento da força de trabalho (DFT), em esforço conjunto com a Secretaria de Gestão de Pessoas do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (SGP/MGI), que visa aplicar uma metodologia de cálculo de pessoal segundo as atividades desenvolvidas no órgão. Espera-se que esse esforço subsidie pesquisas sobre recomposição de pessoal, otimize a utilização de espaços de trabalho, subsidie eventuais consultas de órgãos de controle e contribua para melhorar a utilização dos recursos públicos.

Os avanços refletem o compromisso contínuo do MPO em promover o desenvolvimento integral de seus colaboradores, alinhando a capacitação profissional com o cuidado à saúde e ao bem-estar. Ao investir em educação de alto nível e em políticas de qualidade de vida, o Ministério fortalece a capacidade de entrega de resultados e demonstra que o bem-estar dos servidores é essencial para alcançar a excelência na gestão pública.

O progresso médio dos cronogramas dos projetos (P23, P24 e P25) relacionados ao OE 12 foi de 65%, frente a 65% previstos para o período.

## OE 13

### Aperfeiçoar os processos de trabalho por meio da simplificação e transformação digital

O desenvolvimento de duas importantes soluções relacionadas à transformação digital avançaram de modo consistente no segundo trimestre de 2024. A primeira, já em uso, refere-se ao Sistema de Gestão de Colegiados – SGC, que foi desenvolvido para registro e controle dos membros titulares e suplentes de colegiados de que o MPO faz parte, e suas respectivas agendas de reunião, além do repositório de documentos. A segunda solução diz respeito à *intranet* do MPO, recurso vital para a organização, por centralizar a comunicação interna, facilitar a colaboração entre equipes e otimizar o acesso a recursos e informações essenciais, e está pendente apenas de publicação.

O desenvolvimento das duas soluções representa mais um passo para aumentar a maturidade organizacional do MPO no campo da gestão, refletindo o esforço contínuo para que a organização opere de maneira eficiente, eficaz e transparente. As duas ações estão previstas no resultado-chave R29 do OE 13 do PEI 2024-2027.

Os esforços de transformação digital do MPO também estão alinhados ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC<sup>1</sup> e buscam aumentar a eficiência de processos, melhorar a produtividade e facilitar a tomada de decisão, baseada em evidências.

O progresso médio dos cronogramas do projeto P26 relacionado ao OE 13 foi de 43%, frente a 41% previsto para o período.

<sup>1</sup> Cf. “[Objetivos Estratégicos da Estratégia de Governo Digital](#)”. In: PDTIC, Anexo II, p. 30 (OE1, OE3, OE5, OE6, OE8, OE9, OE11, OE13, OE15).

# Capacidades Institucionais

OE 14

## Aperfeiçoar a governança em prol do alcance da missão institucional

Um sistema de governança bem estruturado em uma instituição pública é essencial para garantir a transparência, a responsividade e a eficiência na gestão dos recursos públicos. Ele estabelece um conjunto de práticas e políticas que asseguram a tomada de decisões alinhada com os objetivos estratégicos da instituição. Além disso, um sistema robusto de governança facilita o controle interno e a avaliação contínua dos resultados, contribuindo para a melhoria dos serviços prestados à sociedade.

Desde a sua recriação, o MPO vem trabalhando na reestruturação de seu sistema de governança, de maneira a potencializar os mecanismos de liderança, estratégia e controle. Um passo importante nessa direção foi a celebração de parceria com o [Instituto Publix](#), que tem como objetivo apoiar projetos de fortalecimento das relações com as entidades vinculadas ao MPO (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA), de desenvolvimento de planos táticos e de mapeamento e redesenho de processos de trabalho, dentre outros produtos.

A parceria com o Instituto Publix propiciará a aceleração de várias iniciativas que já estão em curso no Ministério, bem como o início de outras que são de fundamental importância para o desenvolvimento organizacional do MPO.

O sistema de governança do MPO já conta com [Plano Estratégico](#), [Política de Gestão de Riscos](#), [Plano de Integridade](#) e [Comitê de Governança](#) constituídos, dentre outras importantes iniciativas.

A promoção de uma gestão mais eficiente de processos, com o mapeamento e redesenho dos mais críticos, também tem sido preconizada. Os processos da área administrativa estão sendo desenhados com os respectivos guias e o plano de ação, prevendo prazos e controles com métricas e indicadores de produtividade, eficácia e satisfação do cliente nos atendimentos. Os processos finalísticos também estão no foco das iniciativas de mapeamento, com um viés voltado para agregação de valor para o cidadão.

A transparência, pilar importante da governança, sempre foi uma diretriz de trabalho. Com [publicações trimestrais](#), o MPO informa toda a sociedade dos resultados alcançados no período e dos desafios a serem enfrentados. Mais completo e de cara nova, o [Relatório de Gestão](#) do 1º trimestre de 2024 traz informações sobre a execução das políticas públicas e a gestão dos recursos orçamentários, em um formato inovador.

Com os resultados expostos, é possível concluir que importantes passos foram dados para aumentar a maturidade organizacional do MPO no campo da governança e da gestão, o que reflete o esforço contínuo para que a organização opere de maneira eficiente, eficaz e em conformidade com as expectativas da sociedade e as exigências legais.

O progresso médio dos cronogramas do projetos (P27, P28, P29) relacionados ao OE 14 foi de 42%, frente a 35% previsto para o período.

Nas páginas a seguir, são apresentados mais detalhes sobre o andamento dos projetos referentes à perspectiva Capacidades Institucionais.

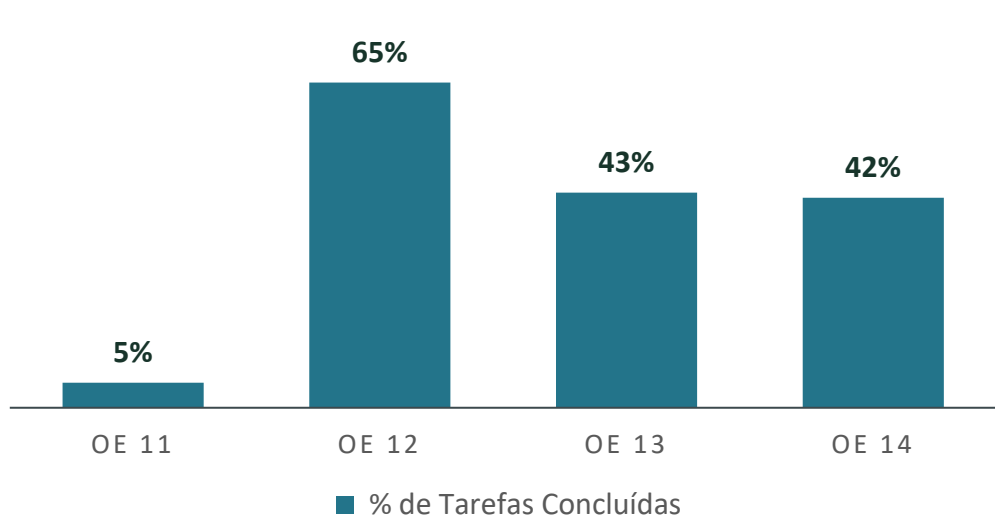
*“Sem governança adequada é muito menos provável que os interesses identificados reflitam as necessidades dos cidadãos, as soluções propostas sejam as mais adequadas e os resultados esperados impactem positivamente a sociedade.”*

Referência: [Brasil. Guia da política de governança pública. Brasília, Casa Civil da Presidência da República, 2018.](#)

# Capacidades Institucionais

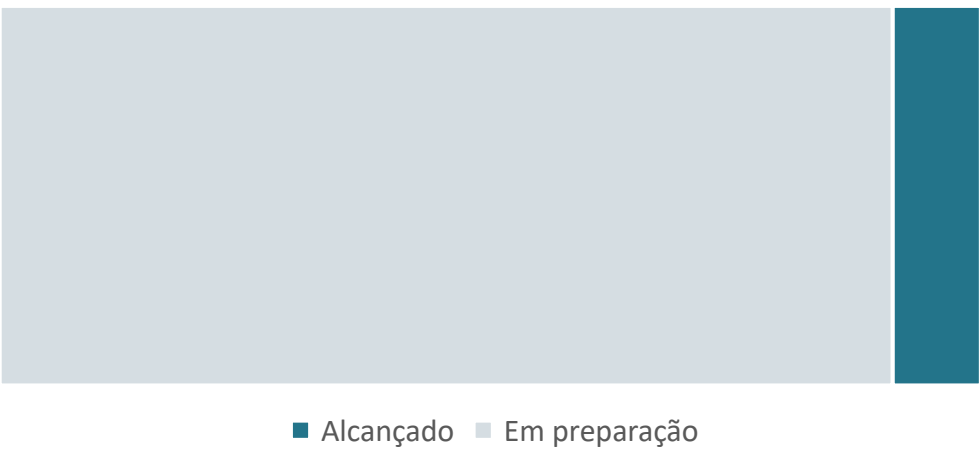
## Desempenho por Objetivo Estratégico

% de tarefas concluídas

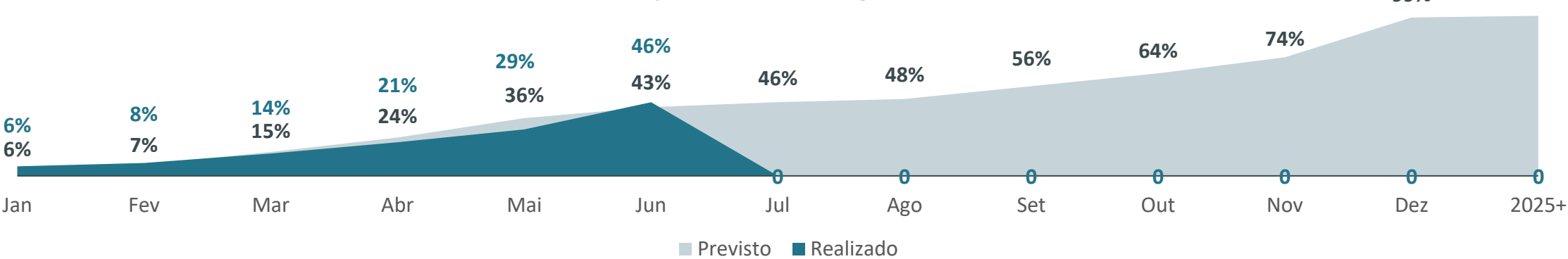


## Resultados-chave

% alcançado



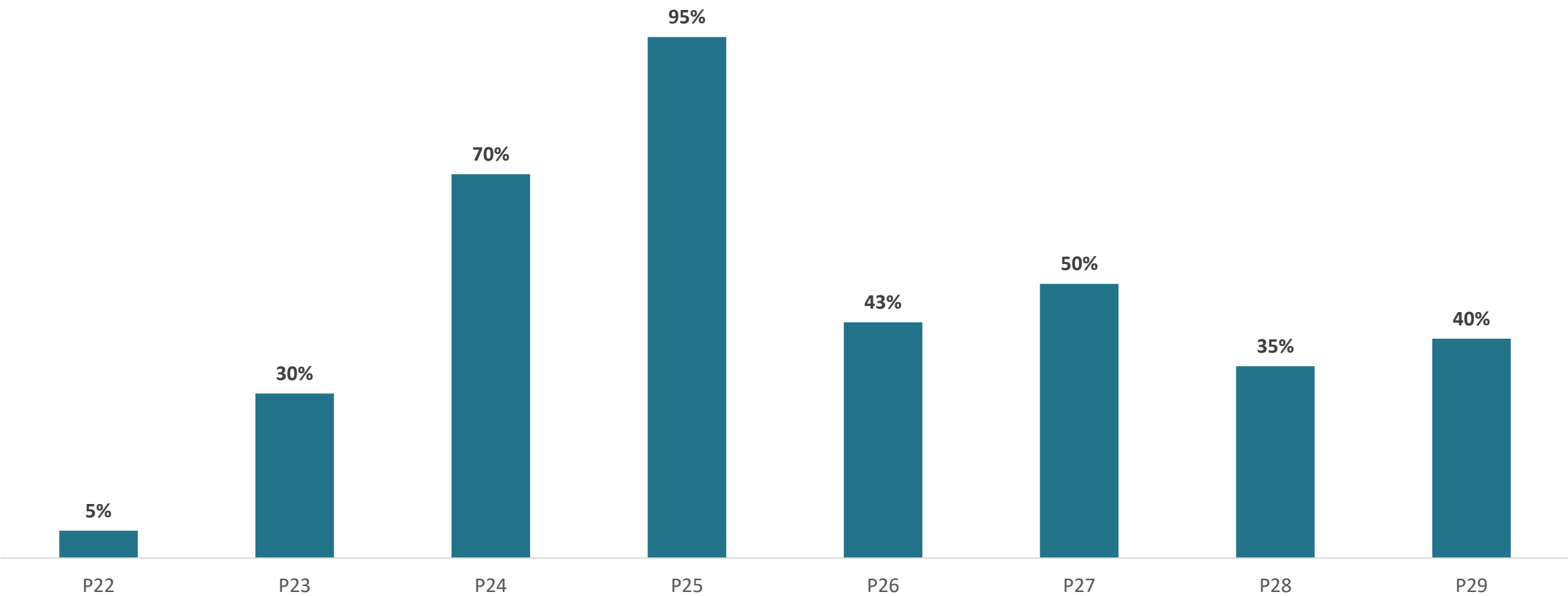
## Evolução dos Cronogramas



# Processos Capacidades Institucionais

## Desempenho por Projetos

% executado



M07	Macroprocesso de governança – Gestão estratégica
M09	Macroprocesso de governança – Gestão do controle
OE11	Fortalecer as relações institucionais com as entidades vinculadas
SAGE	Subsecretaria de Administração e Gestão Estratégica

P22

Desenvolvimento integrado: construindo futuros

Discutir e elencar um conjunto de alternativas para fortalecer a relação institucional entre MPO e entidades vinculadas.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R24 - Elaborado um diagnóstico integrado contendo recomendações conjuntas para fortalecimento das relações institucionais		

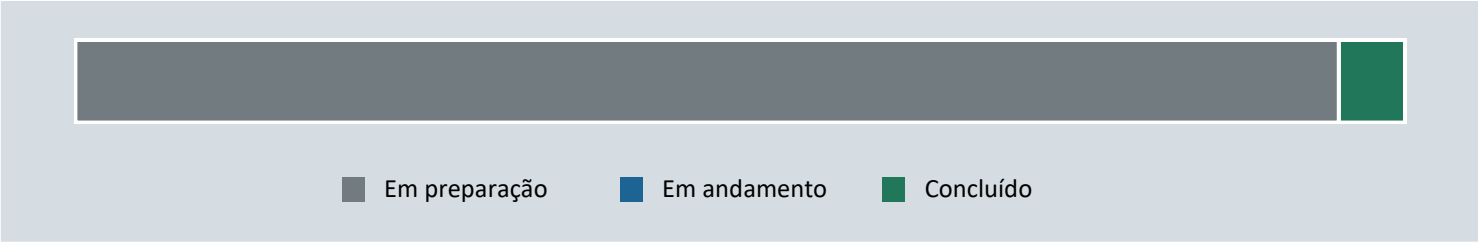
Notícias relacionadas ao Projeto

-

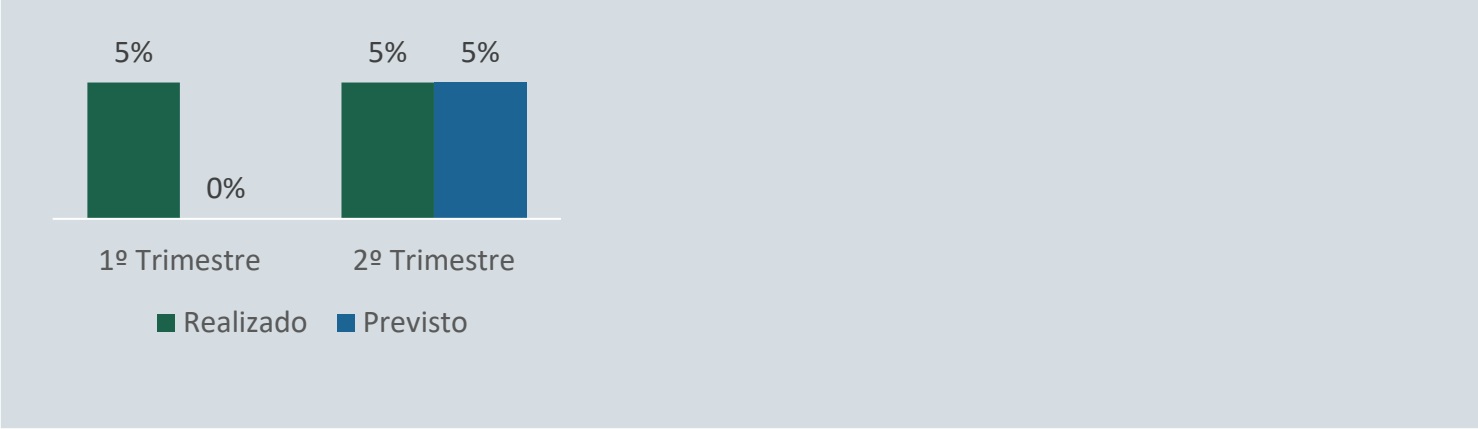
Destaques

Foi finalizada a contratação de uma consultoria que dará apoio para o desenvolvimento do projeto. Como etapa preparatória para o desenvolvimento da iniciativa, estão sendo realizadas reuniões bilaterais com cada entidade vinculada (IBGE, IPEA), de modo a mapear as principais dificuldades e convergências de trabalho.

Etapas do Projeto



Evolução do Cronograma



M11	Macroprocesso de Suporte – Gestão de Pessoas
OE12	Estimular o bem- estar e o desenvolvimento das pessoas
SAGE	Subsecretaria de Administração e Gestão Estratégica

P23

MPO de corpo e alma

Proporcionar condições que permitam aos servidores e aos colaboradores desfrutarem de bem- estar físico e emocional enquanto realizam suas atividades profissionais.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
---------------	--------------	-----------

R25 - Realizado 01 diagnóstico de qualidade de vida e bem-estar no MPO

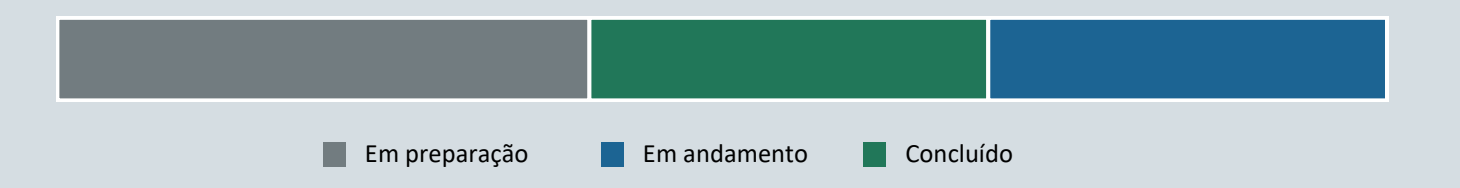
Notícias relacionadas ao Projeto

-

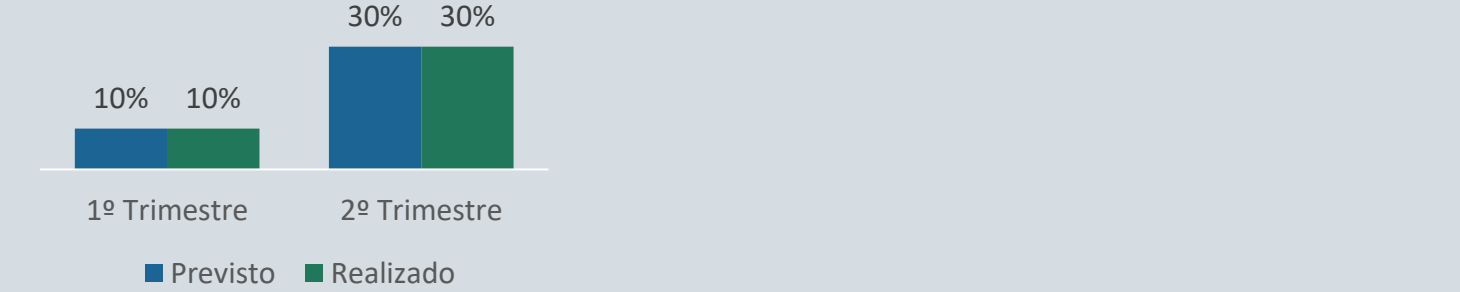
Destaques

O projeto “MPO de Corpo e Alma” progrediu no trimestre com o alcance do resultado-chave “R25 - Realizado 01 diagnóstico de qualidade de vida e bem-estar no MPO”, que abordou temas como estado atual de saúde, hábitos de vida, doenças prévias, histórico familiar e questões relacionadas ao ambiente de trabalho. Com o diagnóstico, serão desenvolvidas estratégias mais eficazes na prevenção de agravos e promoção da saúde. Também foi concluída a campanha de vacinação contra a Influenza Quadrivalente. A ação teve como objetivo imunizar servidores e colaboradores do Ministério.

Etapas do Projeto



Evolução do Cronograma



M11	Macroprocesso de Suporte – Gestão de Pessoas
OE12	Estimular o bem- estar e o desenvolvimento das pessoas
SAGE	Subsecretaria de Administração e Gestão Estratégica

P24

Trilhas para o desenvolvimento

Fortalecer a capacitação contínua dos servidores do MPO por meio de trilhas de aprendizagem, elevando a participação e envolvimento no processo de desenvolvimento profissional e alinhamento com as metas institucionais.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
---------------	--------------	-----------

R26 - Alcançada a adesão de 30% dos servidores nas trilhas de capacitação

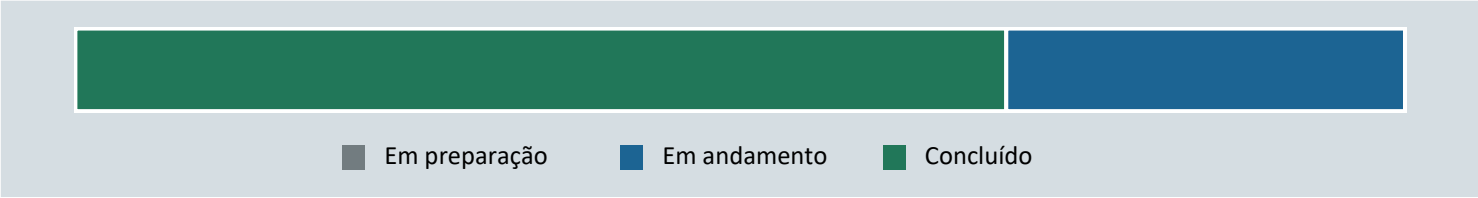
Notícias relacionadas ao Projeto

-

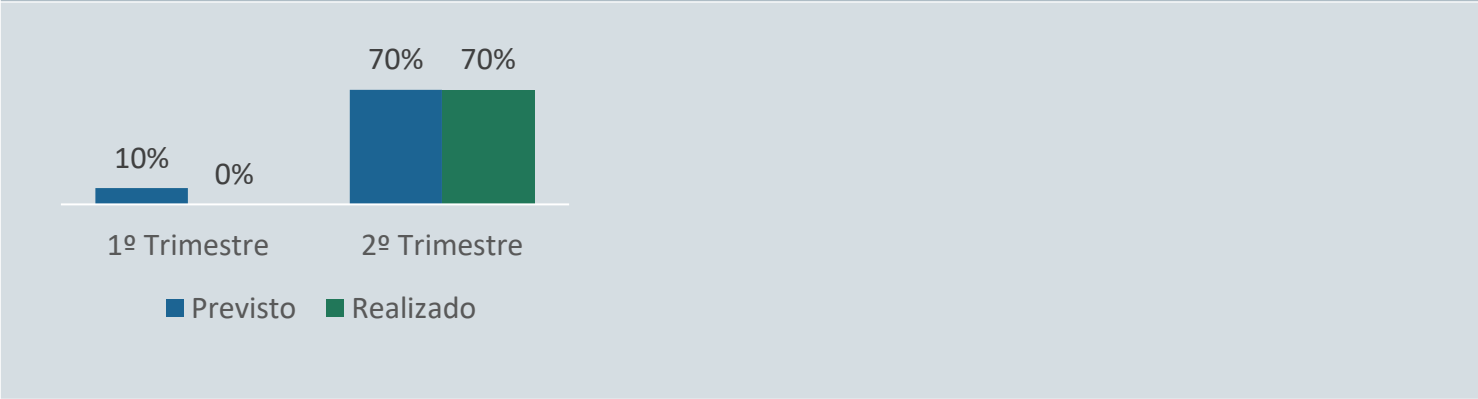
Destaques

As etapas de levantamento de necessidades, definição das trilhas de capacitação a serem desenvolvidas e elaboração do plano de atuação foram finalizadas com sucesso. As próximas etapas do projeto envolvem a implementação do plano junto às Escolas de Governo parceiras.

Etapas do Projeto



Evolução do Cronograma





M11	Macroprocesso de Suporte – Gestão de Pessoas
OE12	Estimular o bem- estar e o desenvolvimento das pessoas
SAGE	Subsecretaria de Administração e Gestão Estratégica

P25

Mestrado aplicado ao planejamento e orçamento público [MAPO]

Fortalecer a capacitação avançada em planejamento e orçamento por meio da expansão de programas de mestrado/doutorado, visando atender tanto à comunidade acadêmica ampla quanto às necessidades específicas das unidades.

EM PREPARAÇÃO

EM ANDAMENTO

ALCANÇADO

R27 - Lançada a 1ª Turma do mestrado aplicado ao Planejamento e Orçamento Público

Notícias relacionadas ao Projeto

-

Destaques

O resultado da seleção para o Mestrado em Planejamento e Orçamento Público foi divulgado. Foram selecionados servidores do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), do Ministério da Fazenda (MF), do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). A primeira turma, composta por 24 servidores, iniciou as aulas em 5 de agosto de 2024.

Etapas do Projeto

Em preparação

Em andamento

Concluído

Evolução do Cronograma

0%0%

95%95%

1º Trimestre

2º Trimestre

Previsto

Realizado

M12	Macroprocesso de Suporte – Gestão de TIC e segurança da informação
OE13	Aperfeiçoar os processos de trabalho por meio da simplificação e transformação digital
SAGE	Subsecretaria de Administração e Gestão Estratégica

P26	MPO Digital	
Acelerar e ampliar a capacidade de transformação digital no MPO.		
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R28 - Publicada a Política de Transformação Digital do MPO		
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R29 - Disponibilizados, pelo menos, 02 produtos digitais (Intranet e Portal de Colegiados)		
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R30 - Acelerada a transformação digital, por meio da pactuação de pelo menos 01 parceria estratégica		

Notícias relacionadas ao Projeto
-

Destaques

O projeto progrediu no trimestre com a entrega do Sistema de Gestão de Colegiados do MPO, que possui como principais funções o cadastro de colegiados (dados, anuência e indicação de membros) e registro de reuniões (monitoramento, datas das reuniões e registro dos seus encaminhamentos e deliberações). Os próximos passos envolvem a elaboração de planejamento para a contratação de software de automação de processos e a elaboração da Política de Transformação Digital do MPO.

Etapas do Projeto

Em preparação

Em andamento

Concluído

Evolução do Cronograma

33%

34%

1º Trimestre

41%

43%

2º Trimestre

Previsto

Realizado

M07	Macroprocesso de governança – Gestão estratégica
OE14	Aperfeiçoar a governança em prol do alcance da missão institucional
SAGE	Subsecretaria de Administração e Gestão Estratégica

P27

Escritório de projetos e processos inteligentes

Estruturar um conjunto de produtos e serviços que propiciem a criação de soluções no campo do planejamento e orçamento público.

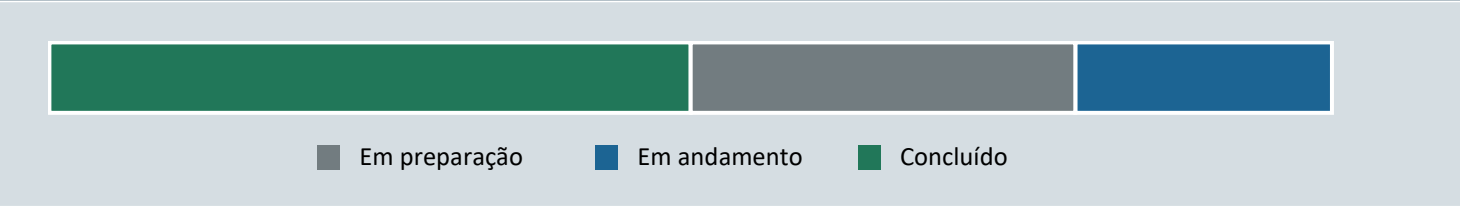
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R31 - Publicada a metodologia de gestão de projetos		
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R32 - Publicada a metodologia de gestão de processos		

Notícias relacionadas ao Projeto
-

Destaques

O projeto avançou de forma consistente no segundo trimestre, com a intensificação das ações de mapeamento e redesenho de processos críticos, agora também focando nos processos finalísticos. A gestão de processos no MPO já conta com um repositório eletrônico, onde são armazenadas informações sobre as equipes responsáveis e todos os documentos produzidos ao longo do trabalho, tais como: diagnósticos, guias de processo, fluxos BPMN, planos de melhoria, entre outros. O monitoramento dos projetos estratégicos é realizado mensalmente de forma automatizada por meio da Plataforma Veredas, com emissão de relatórios trimestrais sobre o desempenho da estratégia, disponíveis a todo o público externo, seguindo as boas práticas de gestão e *accountability*. Os próximos passos envolvem a publicação de guias orientativos, que possuem o intuito de aumentar o grau de maturidade em gestão de processos e projetos no MPO.

Etapas do Projeto



Evolução do Cronograma



M09	Macroprocesso de governança – Gestão do controle
OE14	Aperfeiçoar a governança em prol do alcance da missão institucional
AECI	Assessoria Especial de Controle Interno

P28

Plano de integridade MPO

Aperfeiçoar continuamente a integridade institucional.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R33 - Realizado 40% das ações previstas no Plano de Integridade		

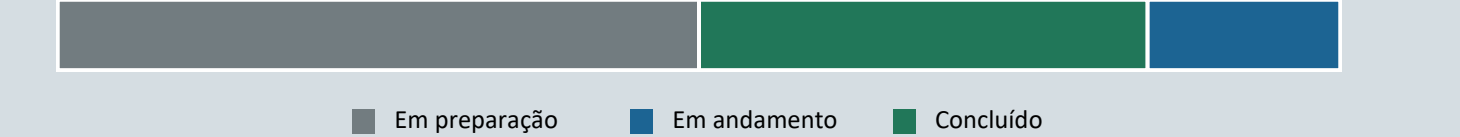
Notícias relacionadas ao Projeto

-

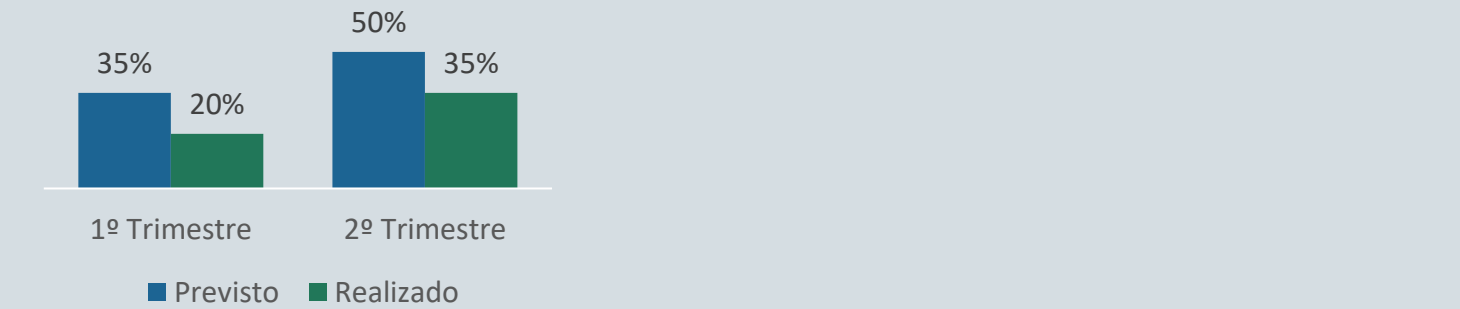
Destaques

O Plano de Integridade do MPO está dividido em seis eixos: prevenção e detecção; responsabilizações e sanções; transparência e acesso à informação; promoção da democracia e diversidade; parcerias externas; e monitoramento e avaliação. Ele prevê 62 ações, das quais 22 já foram implementadas. Entre as ações concluídas, destacam-se a disponibilização de informações de PPAs anteriores desde 1991, a divulgação amigável das informações do PPA para a sociedade, a atualização do Painel de bloqueios e limites de despesas primárias discricionárias do Poder Executivo e a publicação das atas de reunião do CMAP, CMAS e CMAG.

Etapas do Projeto



Evolução do Cronograma



M09	Macroprocesso de governança – Gestão do controle
OE14	Aperfeiçoar a governança em prol do alcance da missão institucional
AeCI	Assessoria Especial de Controle Interno

P29

Plano de Gestão de Riscos

Garantir, orientar e registrar as etapas do processo de gerenciamento de riscos do MPO.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R34 - Tratados 35% dos riscos priorizados no Plano de Gestão de Riscos		

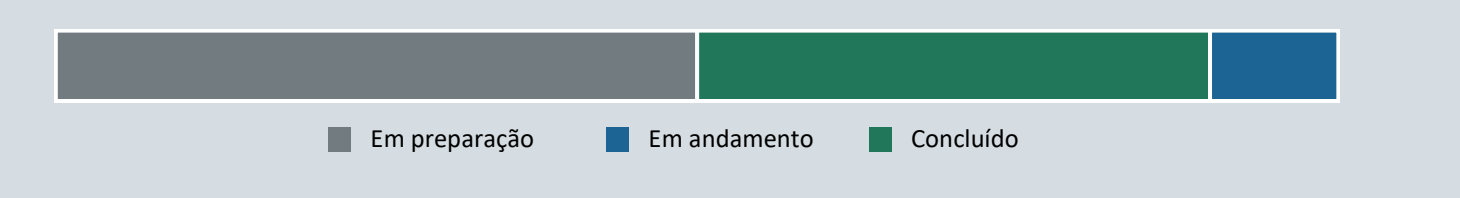
Notícias relacionadas ao Projeto

>> [Subcomitê do MPO aprova resolução com diretrizes para implementação da gestão de riscos](#)

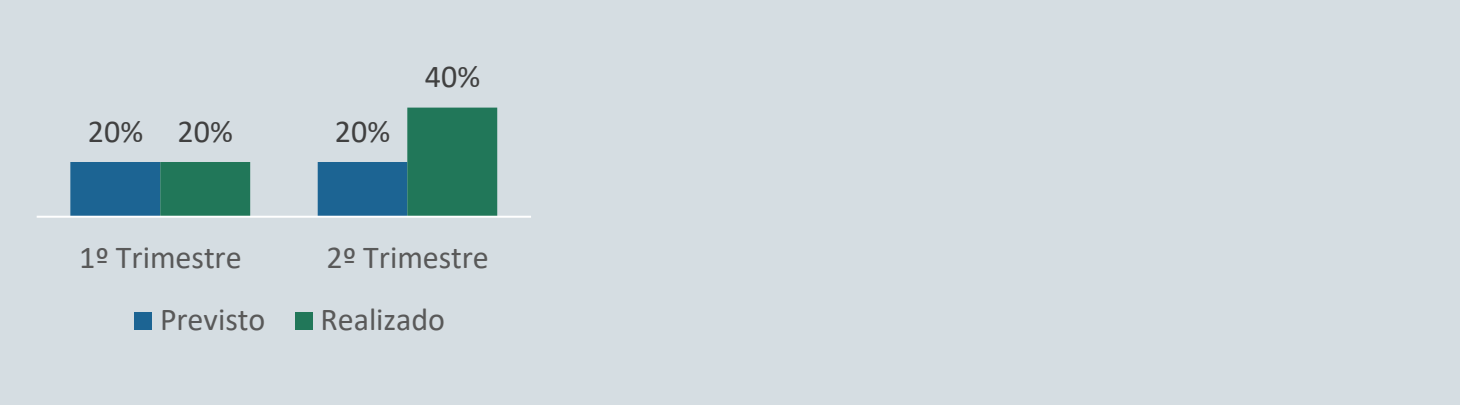
Destaques

Com a publicação da [Política de Gestão de Riscos](#) e do [Guia Metodológico para Gestão de Riscos](#), as unidades do MPO indicaram os processos ou projetos prioritários que passarão pela metodologia de gestão de riscos. Posteriormente, serão identificados os riscos e elaborados os planos de tratamento para mitigação dos riscos associados a cada objeto (processo ou projeto).

Etapas do Projeto



Evolução do Cronograma





3

CONFORMIDADE E EFICIÊNCIA  
DA GESTÃO

# Declaração da Subsecretária de Administração e Gestão Estratégica

Com satisfação, apresentamos as informações sobre a gestão administrativa, financeira, orçamentária e a governança do MPO. Nosso objetivo é permitir a vigilância contínua e cuidadosa da população sobre o uso dos recursos públicos e de evidenciar como o MPO gera valor ao longo do tempo para as partes interessadas.

A gestão administrativa é realizada em rede colaborativa. O MPO integra o Centro de Serviços Compartilhados – ColaboraGov, regulamentado pelo [Decreto nº 11.837, de 21 de dezembro de 2023](#), sob a coordenação da Secretaria de Serviços Compartilhados do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (SSC/MGI), como órgão prestador. O MPO integra o arranjo, como um dos órgãos solicitantes.

No âmbito do arranjo colaborativo previsto pela [Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023](#), foi concebido o modelo de compartilhamento de serviços de suporte administrativo. A prestação centralizada de alguns serviços de gestão tem por objetivo organizar e padronizar procedimentos, com vistas à redução de custos e a tornar a gestão de serviços mais eficiente.

Neste relatório, será possível que cada cidadão avalie como os recursos públicos estão sendo empregados e verifique os resultados das ações empreendidas pelos administradores para cumprir os objetivos estabelecidos.

A prestação de contas do MPO cumpre não apenas uma obrigação legal, mas também visa reforçar a confiança da sociedade na administração pública e nos gestores, promovendo um ambiente de transparência e responsabilidade.

Com a publicação deste instrumento de gestão, o MPO inova ao disponibilizar trimestralmente as informações exigidas no Relatório de Gestão Integrado, disciplinado na IN nº 84/TCU e de periodicidade anual, como padrão.

Assim, com a disponibilização das informações trimestrais no [portal do MPO](#), a sociedade ganha mais uma possibilidade para avaliar o valor que o MPO entrega a toda a população brasileira.

Os recursos públicos postos à disposição do MPO foram administrados em respeito aos princípios éticos, diretrizes estabelecidas pelo governo e normas aplicáveis. Contudo, caso qualquer cidadão identifique eventual ato em contraponto ao interesse público, esteja convencido de que serão devidamente apurados e tratados.

Para isso, disponibilizo, abaixo, os canais institucionais para manifestações e envio de denúncias.

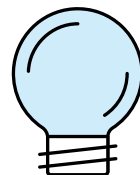
 [ouvidoria.mpo@economia.gov.br](mailto:ouvidoria.mpo@economia.gov.br)

 (61) 2020-5113

 [Plataforma Fala.br](https://plataforma.fala.br)



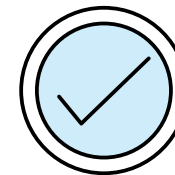
## Conformidade e Eficiência da Gestão



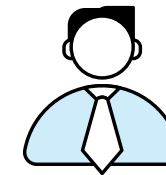
Plano Estratégico  
Institucional



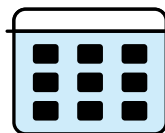
Gestão Orçamentária  
e Financeira



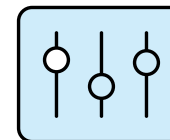
Instâncias  
de Governança



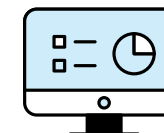
Gestão de  
Pessoas



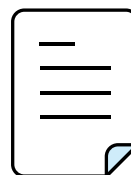
Gestão de Serviços,  
Logística e Contratações



Relatórios de Gestão  
Trimestral



Transparência e Prestação  
de Contas



Relatório de Gestão  
Integrado



Tecnologia da  
Informação e Comunicação



Supervisão, Controle e  
Correição

**EM DETALHES**



# 4

INFORMAÇÕES

## Orçamentárias, financeiras e contábeis

## Informações orçamentárias, financeiras e contábeis

As [demonstrações contábeis do MPO e o certificado de auditoria](#), bem como as demais informações exigidas pelo art. 8º da Instrução Normativa-TCU 84, de 22 de abril de 2020, estão disponíveis em nosso Portal, na [seção Transparência e Prestação de Contas](#), conforme requerido pelo § 1º do art. 9º da referida Instrução Normativa.

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro e são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- IV. Balanço Orçamentário (BO);
- V. Balanço Financeiro (BF);
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); e
- VII. Notas Explicativas.

